



Anais da Assembléia

Nº 62

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 07 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 60.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 1978 QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados José Domingos Scarpelini e Nelson Buffara.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adaberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Sílvia Rüppel Abdala.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1978.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Ocorreu, ontem, nesta Capital, o falecimento do Sr. José da Motta Ribeiro, tronco de tradicional família da sociedade curitibana.

Figura ímpar pela sua dedicação, lhanza e lealdade, destacou-se pela valiosa contribuição que prestou em favor da evolução cultural-esportiva da terra paranaense.

Em razão do exposto, requer-se, ouvido o Plenário, a manifestação do profundo pesar com que esta augusta Assembléia registra o fato, traduzido num voto de pesar a ser inserido na ata dos trabalhos desta data. Pede que, uma vez aprovada, seja dado conhecimento da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1978.

(a) Muggiati Filho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando que Sua Excelência se digne determinar as medidas necessárias visando o recapeamento da via de acesso que liga a Rodovia Curitiba-Rio Negro à sede do Município de Quitandinha.

O referido trecho, apesar de recentemente construído, apresenta-se em péssimo estado de conservação, além de não ter sido concluída a segunda pista da referida via de acesso.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1978.

(a) Maurício Fruet.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Doutor Jayme Canet Júnior, digníssimo Governador do Estado, e ao Professor Francisco Borsari Netto, Secretário de Estado da Educação e da Cultura, conforme o exposto abaixo:

Senhor Presidente.

O parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, e com o devido apoio dos nobres Pares, o envio de expediente às autoridades acima mencionadas, no sentido de que seja criado e construído o núcleo habitacional de Vila Santa Efigênia nesta Capital, um Ginásio Estadual com edificações próprias.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1978.

(a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

O núcleo habitacional de Vila Santa Efigênia, localizado no bairro da Barreirinha nesta Capital, possui atualmente setecentos e quarenta casas residenciais, e cento e vinte apartamentos já habitados, com um projeto para execução de mais dez blocos com aproximadamente quatrocentos apartamentos, o que deverá totalizar somente no núcleo pertencente a COHAB-CT, um número de um mil, duzentos e sessenta residências, não estando sendo computadas as residências do núcleo das Paineiras, Vila Gusso e outras, cujos alunos se deslocam à noite para o centro da cidade ou em outros bairros, em busca de estabelecimentos de ensino, muitas vezes sacrificando o orçamento familiar, para pagar colégios particulares. Gostaríamos de citar também o risco que correm as alunas, na maioria jovens adolescentes, que retornam tarde da noite para suas residências, e que residem longe dos pontos de ônibus passando por ruas escuras. A criação do referido estabelecimento de ensino viria beneficiar uma grande parte daquela população, e que para tanto pedimos o apoio dos nobres Pares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que a educação se constitui em um dos principais fatores para o programa;

Considerando que o apoio do poder público à iniciativa privada no setor, é imprescindível para o melhor desempenho;

Considerando, finalmente, que o Instituto Adventista Paranaense, atualmente em fase de construção no Município de Ivatuba é um modelo estabelecimento de ensino, tendo se destacado durante o longo tempo em que funcionou onde agora se implanta a Cidade Industrial de Curitiba,

Requeiro à Mesa, na forma regimental, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Jayme Canet Júnior, encarecendo a importância da pavimentação do acesso

à sede da mencionada instituição, em que brevemente estarão estudando e trabalhando na agricultura e pecuária, aproximadamente 300 alunos.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A data de hoje, assinala a passagem do cinquentenário da morte do Dr. Nilo Cairo, fundador da Universidade Federal do Paraná. E no momento em que a ilustre Reitoria da Universidade faz realizar cerimônias em homenagem à memória daquele que foi o responsável pelo surgimento desse verdadeiro templo de cultura e saber, que orgulha e honra o povo paranaense, requer o Deputado signatário do presente, na condição de seus representantes políticos e imbuídos dos mesmos sentimentos dos eminentes dirigentes da Universidade Federal do Paraná, também reverenciar a memória do inolvidável médico e professor Dr. Nilo Cairo, requerendo, como de fato se requer, seja registrada na ata dos presentes trabalhos, a passagem, nesta data, do cinquentenário da sua morte, bem como a manifestação do sentimento de respeito e gratidão do Poder Legislativo ao saudoso mestre, pela formidável obra que realizou.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A fim de orientar os nobres Deputados encarregados do procedimento do Projeto de Lei n.º 177/77, solicitamos a V. Ex.^a transmitir-lhes que, em audiência que mantivemos com o Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, no dia 02 do corrente, aquela autoridade deu-nos como viável a não realização de concurso para preenchimento dos cargos criados nas carreiras de Procurador e de Advogado, bem como esclareceu que tornar-se-ia igualmente viável o futuro aproveitamento de todos os remanescentes do processo seletivo a ser adotado para preenchimento dos atuais cargos, mediante acesso para provimento dos cargos vagos, pelo mesmo sistema seletivo, oportunidade em que seriam declarados extintos os cargos iniciais das carreiras ora ocupados pelos pretendentes àquele acesso.

Para tanto, será necessária apresentação de emendas pela Comissão Especial, prevendo a possibilidade de acesso e a extinção dos cargos iniciais de carreira, bem como a maneira como deverá ser procedido o processo seletivo em substituição ao concurso previsto no Projeto original.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 82/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Assistencial Curitiba", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

Apoio: JORGE SATO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes serviços junto à comunidade de nossa Capital, no setor da assistência social e filantropia, conforme os preceitos estatutários.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam

o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação que regulamenta o instituto da utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 81/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Será concedida segunda chamada de exames ou avaliações a alunos de estabelecimentos da rede estadual de ensino, desde que o requeiram, no prazo de três dias da realização da primeira convocação, comprovando a ocorrência de um dos seguintes motivos:

- a) doença;
- b) luto;
- c) casamento;
- d) convocação para atividade cívica ou judiciária;
- e) impedimento por princípio de consciência religiosa.

Parágrafo único — A segunda chamada deverá ser fixada de forma a viabilizar a sua realização, isto é, verificada a cessação ou a não repetição do motivo a que der causa.

Art. 2.º — O motivo da alínea "e" do artigo anterior, se levantado antes do início do ano ou período letivos, deverá ser levado em consideração pelos organizadores dos horários de aulas, de modo a evitar, se possível, dificuldades no cumprimento das exigências educacionais aos alunos que pretendam respeitar normas de confissão religiosa, notadamente as de observância a dias de guarda.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Embora a boa vontade de professores e outras autoridades educacionais, a realização de exames ou avaliações em segunda chamada, nos estabelecimentos da rede estadual de ensino, tem sido dificultada pela ausência de um instrumento legal que a autorize.

No vizinho Estado de São Paulo, desde o ano de 1973, vigora a Lei n.º 1.234.

A boa experiência verificada com sua aplicação, sensibiliza-nos a prever, semelhantemente ao legislador paulista, a doença, o luto, o casamento, a convocação para atividade cívica ou judiciária e o impedimento por princípio de consciência religiosa, como motivos para fundamentar pedido de segunda chamada e, este último, também para efeito de organização de horário de aulas.

Crendo ser dispensável abordar os demais motivos, julgamos oportuno ressaltar que a liberdade religiosa se constitui em uma das mais significativas conquistas no elenco dos direitos humanos.

Por isso, as igrejas legalmente constituídas podem anunciar seus princípios, buscando o aperfeiçoamento do homem, em sua relação com Deus e seus semelhantes. Em consequência, a sociedade tem sido sensivelmente beneficiada.

Justo, portanto, que possam os membros de todas as comunidades religiosas, especialmente os jovens, observar as normas que aceitam — dentre as quais se inclui a guarda do sábado como dia santificado — evitando-se, para isso, dificuldades na área do ensino.

Propomos, portanto, o presente plano de lei, na certeza de seu acolhimento e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Otássio Pereira. — (Pausa).

Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo

a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No início desta semana, ocupamos esta tribuna para tratar de assunto relativo ao arrendamento de um grande hospital, em Maringá, para servir de Posto de Assistência Médica do INAMPS, naquele município.

O “Correio de Notícias” deu, na sua coluna “plenário”, a notícia. Hoje, ao lermos o jornal, pela manhã, tivemos a resposta do INAMPS a respeito.

Diz: “Com referência ao pronunciamento do Deputado Antônio Facci, o INAMPS tem a declarar que o argumento do Parlamentar carece de fundamento, porque a opção técnica do Instituto foi pelo Hospital Santa Helena, cujo valor de locação será de 216 mil cruzeiros mensais. O processo de locação do imóvel que irá abrigar o Posto de Assistência Médica de Maringá, está no Rio de Janeiro, para homologação da proposta.”

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a denúncia inicialmente pelo Vereador Jesus Hernandez, de Maringá, naquela Câmara Municipal, e trazida a esta Casa por este Deputado, vai muito mais longe do que o simples fato de denunciar o aluguel de um prédio por valor muito superior ao real.

A proposta, conforme aquele requerimento, estava na ordem de 400 mil cruzeiros mensais. Agora, vem o INAMPS dizer que está alugando por 216 mil cruzeiros!

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na denúncia feita, estão fatos, como por exemplo, a área construída daquele hospital não chega aos 2 mil e 500 a 3 mil metros quadrados exigidos no edital de concorrência pública.

Portanto, não poderia nem participar da concorrência.

Dissemos aqui que havia um outro prédio muito maior, com cerca de 3 mil e 600 metros quadrados, proposto por cerca de 267 mil cruzeiros mensais. Mas, hoje, ainda, recebemos de Maringá a informação, que um outro hospital também localizado nas imediações foi colocado à disposição do INAMPS, por valor muito inferior aos 216 mil cruzeiros.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se esse fato em si não representasse já motivos para que nos pronunciássemos, veio — o que é muito importante — também referido, é a falta de leitos hospitalares, em Maringá.

Enquanto o Estado não resolver iniciar, em regime de urgência, a construção do hospital regional que é, sem dúvida, o embrião para a Faculdade de Medicina de nossa cidade, continuamos a ver manchetes, em jornais, denunciando a morte de pessoas, por falta de assistência médica; por absoluta falta de leitos hospitalares em nossa cidade.

Mas, o INAMPS vai a Maringá e deixa prédios com plenas condições de serem alugados, por valor menor do que os 216 mil cruzeiros, que não estão servindo como hospital, para alugar um hospital e fechar mais um hospital em Maringá, com capacidade de 38 leitos.

Já dissemos, aqui, que fechou o Instituto de Medicina e Cirurgia, em Maringá, e agora vai o próprio INAMPS, responsável pela segurança de grande parte da população maringaense, e aluga um hospital, fechando-o também para o atendimento a doentes daquela cidade.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não tem cuidado o INAMPS, ao alugar esse prédio. Se tivesse cuidado e preocupação com a saúde dos maringaenses, teria, obviamente optado por um prédio que não estivesse servindo como hospital.

O Hospital Santa Helena, que conhecemos bem, está em funcionamento há muitos anos, e soubemos, até hoje, por informações que recebemos, que aquele hospital pleiteou um financiamento junto à Caixa Econômica. E dentro de um plano começou a ampliação do hospital. Depois, não conseguiu esse financiamento. E parece ser também esse um dos motivos que

leva o INAMPS a fazer essa locação tão cara, mas para resolver um problema que a Caixa não pode resolver, depois prometido.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se o INAMPS procura correndo, depressa, em vinte e quatro horas responder a um jornal para dizer que o aluguel não é de 400 mil cruzeiros, mas é de 216 mil cruzeiros, altamente caro para Maringá, porque não há prédio alugado com aquela metragem de construção de valor tão alto; tem hospitais muito mais baratos e outros prédios mais baratos ainda. Mas não responde a mesma instituição a esta colocação que nós fazemos, quando é que nós vamos superar a falta de leitos hospitalares em Maringá? Por que não se inicia com urgência a construção do hospital regional que em Cascavel já está em fase de conclusão?

Por que é que nós temos que continuar em Maringá a mendigar as coisas junto ao Governo, quando outras áreas conseguem com facilidade?

Parece até brincadeira, mas é bom lembrar aqui da festa que Maringá fez quando o Grêmio entrou no Campeonato Nacional; até mudaram o nome do complexo esportivo para “Canetão”. No entanto, Cascavel não tem time e nem estádio e vai participar do Campeonato Nacional o ano que vem.

E assim, Maringá com todas as coisas, é preciso que todos nós aqui desta Casa, da ARENA e do MDB, representantes de Maringá, venhamos a esta tribuna e lutemos com todas as forças para a conquista de uma pequena coisa para a nossa cidade. Porque as autoridades constituídas, principalmente ligadas ao Governo, não dão a atenção necessária à grande Maringá.

Este fato do INAMPS contribuir para o fechamento de mais um hospital na nossa cidade, contribuir para o fechamento de mais 38 leitos hospitalares, por certo, fará com que este Deputado volte à tribuna na primeira vez que houver uma denúncia por falta de assistência médica em Maringá, a responsabilizar o INAMPS pelo fato.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fideicino Tolentino, terceiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho sido até enfático na defesa do funcionalismo público deste Estado. E, há dias atrás, tramitava nesta Casa um projeto de lei que buscava o reequadramento, a reestruturação do quadro da Assembléia Legislativa.

E, por força do requerimento do líder do Governo, aquele processamento, aquele projeto, saiu de pauta para fazer um reexame. E para a minha surpresa, Sr. Presidente, há certo rumor nesta Assembléia de que este Deputado teria sido a fonte motora desta retirada da Ordem do Dia. Não sei se esta interpretação seria colocada sob um juízo do Líder do Governo, ou a respeito do comportamento deste Deputado, entretanto, quero deixar claro para aqueles que têm ouvidos, que em tempo algum titubiei em dar o meu esforço, o meu trabalho, em benefício do funcionalismo público não só desta Casa, mas principalmente desta Casa, a quem devemos, todos, tributar grande consideração pelo fato deste convívio, deste grande auxílio no desenvolvimento dos trabalhos legislativos.

Por esta razão é que estranho a manifestação de alguns setores, colocando dúvida a respeito do nosso comportamento, e, é só para lamentar que venho a esta tribuna, para dizer que, antes dos alardes é preciso ter um pouco de comedimento, um pouco de respeito com todos os caminhos que se tem tramitado nestes três anos de convivência. E acho que não há dúvida sobre o posicionamento que temos ocupado em benefício do melhoramento de níveis de classificação, de rendimentos ou de vencimentos dos funcionários do Estado. Em tempo algum houve, da nossa parte, movimento para retardar a apreciação daquele feito, por esta Assembléia; antes, ao contrário, temos

buscado, e as ponderações que fizemos, naquele dia, foram no sentido de melhorar a redação, para que, no futuro, aqueles que buscassem, nas normas que aqui se pretende disciplinar, não encontrassem qualquer resquício de dúvida como existem em outros setores da administração pública e até no Estatuto dos Funcionários Públicos.

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que viemos abordar hoje, é com referência a um requerimento aprovado no dia de ontem, e que, devidamente apoiado pelos Srs. Deputados, foi aprovado na Comissão Parlamentar de Inquérito para tentar, pelo menos se não for realmente para apurar a situação de florestas, de invasão dos nossos rios, no Paraná, pelo menos nós, que com toda a certeza deveremos participar, deveremos tomar conhecimento real da situação que atravessa o Estado do Paraná, hoje.

Exatamente hoje, quarta-feira, está completando uma semana que eu tive a oportunidade de visitar a Usina de Salto Osório, perto da cidade de Dois Vizinhos e constatei que realmente, quem tem oportunidade hoje, principalmente naquela região, de transitar pelas estradas que margeiam o Rio Iguaçu ou mesmo o Rio Chopim onde um pouco mais acima está a Chopim 2, duvido de que alguma pessoa que tenha o mínimo de sensibilidade, não se sinta até constrangida ao ver o espetáculo doloroso que apresenta o Rio Iguaçu, hoje, parecendo até filme de ficção científica, parecendo, como em alguns filmes, até, o fim do mundo. O rio, praticamente seco, faz-nos realmente tristes e faz-nos lembrar do magestoso Rio Iguaçu.

Lá, visitando as obras de Salto Osório, monumental obra realizada naquele rio, existem em funcionamento, quatro turbinas e mais duas que serão construídas.

Evidentemente para funcionar essas turbinas, o Rio Iguaçu deverá, parte dele, passar por seis tubulações construídas ali e cada tubulação desta, deverá movimentar uma turbina.

Cada tubulação dessa, o Rio Iguaçu hoje, conforme o técnico nos orientou lá, tem sete metros e meio de diâmetro. Além da água que deverá passar por esta tubulação, existe ainda na construção da Usina de Salto Osório, mais duas saídas: a saída normal para o Rio Iguaçu, aquela água que sobra e no caso de uma enchente maior, uma outra saída de emergência. Pois bem: a situação hoje do Rio Iguaçu é tão triste, que toda a água existente no Rio Iguaçu hoje passa por uma tubulação e não chega nem a completar a metade da segunda tubulação — onde o próprio técnico, engenheiro, — ainda nos disse, que se for colocar toda a força máxima de que o Rio necessita, digo, que a turbina necessita, toda a água do Rio Iguaçu hoje, seria suficiente exclusivamente para passar numa única tubulação de sete metros e meio de diâmetro. Então a gente sente, vê a tristeza daquela imensa usina hoje construída no Rio Iguaçu onde apenas 1/5 da sua capacidade de água está hoje para tocar aquela usina.

E, nessas condições, Senhor Presidente, e por outros fatos que realmente nós não temos tanto conhecimento, porque nós não somos técnicos, não somos ecologistas, somos apenas mais um, preocupado com a situação que atravessa o nosso Estado do Paraná hoje.

Preocupado em que algumas pessoas dizem que foi o desmatamento, a causa desta falta de chuva. Outros, já têm outros argumentos.

Então, o que nós gostaríamos com esta CPI é trazer a esta Casa, a posição concreta e realmente, tomar conhecimento daquilo que porventura é o causador da situação ecológica com que atravessa o Estado do Paraná hoje.

Esse trabalho que nós vamos ler, teve uma participação muito grande de um ilustre homem público do Paraná, conhece-

dor do assunto, técnico, que realmente tem participado. Professor inclusive na Faculdade de Florestas do nosso Estado, ex-Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e, conversando com o Dr. Newton Carneiro, a quem me refiro, ele não afirmou, mas sentimos nas entrelinhas, até um certo desabafo do Dr. Newton Carneiro, quando ele dizia na direção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, da insensibilidade de alguns setores, para, neste setor de florestas ou reflorestamento, da falta de apoio. Ainda ontem, a "Gazeta do Povo" trazia o editorial que tem como título: "Secretaria do Meio Ambiente", onde se dá como solução para, pelo menos, tratar mais de perto deste problema, da criação de uma Secretaria específica, para que se realmente pudesse ter o Paraná nesse setor na ecologia, um tratamento mais efetivo e realmente mais prático.

Passaremos a ler, neste momento, Senhor Presidente, para que fique realmente nos Anais desta Casa, a transcrição do documento aprovado por esta Casa. — (Lê): "Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, e de acordo com o Regimento Interno, e com o devido apoio dos nobres Pares, a criação de uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, composta por cinco membros, a fim de apurar a situação de Florestas e Vasão dos Rios no Estado do Paraná, dentro dos itens abaixo; pelo prazo de 180 dias.

1 — Qual a área mínima de florestas indispensável à segurança e ao bem-estar da comunidade paranaense?

2 — Se essa área mínima — hoje constituída de florestas naturais e plantadas — pode compor-se preponderante de matas artificiais, sem prejuízos para o futuro do Estado?

3 — Que medidas deveriam ser sugeridas para conservar o pouco que resta de florestas nativas no Paraná?

4 — Se é conveniente e oportuna a criação de administração florestal estadual, autônoma, nos moldes das que possuem os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e de outros tipos?

5 — Se existem condições técnicas e economicamente viáveis de assegurar a sobrevivência da Araucária Augustifolia, nosso símbolo heráldico e uma das alavancas do nosso desenvolvimento?

6 — Se existem registros que permitam conhecer a vasão média de nossos grandes rios, de forma a confirmar quanto tem diminuído nos últimos anos e se tal redução resulta de desmatamento?

7 — Se já foram comprovadas as técnicas silviculturais de reflorestamento a serem aplicadas na restauração florestal das nossas bacias hidrográficas, pela FITC?

8 — Qual a forma de mobilizar as Prefeituras Municipais para um planejamento florestal existente ou a ser elaborado?

9 — Seria conveniente a ampliação da delegação de poderes em favor do Estado e dos Municípios, no campo florestal?

10 — Podem e devem ser ampliados os serviços de extensão florestal, eventualmente existentes?

11 — Qual a importância do Parque Marumbi, para o equilíbrio ecológico da Região Metropolitana de Curitiba, e preservação da Serra do Mar?

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

APOIAMENTO: Basílio Zanusso, Werner Wanderer, Aguinaldo Pereira Lima, Luiz Roberto Soares, Fabiano Braga Côrtes, Ivo Thomazoni, Paulo Camargo, Adalberto Daros, Renato Bernardi, Fidelcino Tolentino, José Domingos Scarpelini, Erondy Silvério, Gabriel Manoel, Accioly Neto, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo e Enéas Faria.

JUSTIFICATIVA:

No final do século passado o Paraná tinha cerca de 83% de seu território nacional recoberto de florestas, vale dizer pou-

co menos de 17 milhões de hectares. Em 1963 esta área florestal tinha sido reduzida para 6.090.150 hectares, ou seja, para 30,4% da superfície total do Estado.

Levantamento efetuado pela Escola de Florestas da UFP (Convênio SUDESUL-Governo do Paraná-IBDF) revelou que em 1973 a superfície com florestas naturais tinha sido reduzida a 2.379.547 hectares, ou seja, para apenas 11,83%. Nova verificação que se fizesse agora — com apoio em aerofotometria — revelaria que esse percentual teria baixado para níveis ainda mais alarmantes, pois a expansão considerável dos plantios de soja e trigo ocorreu justamente a partir de 1973.

No decênio entre 1963 e 1973 foram devastados 3.710.603 hectares de florestas nativas. Nos quinze anos, entre 1963 (quando ocorreram os calamitosos incêndios de agosto e setembro desse ano) e 1977, foram reflorestados apenas 456.000 hectares. Dessa forma, os plantios artificiais respondem apenas por um quinto da superfície florestal do Paraná.

Pode-se calcular — sem receio de erro — que a nossa cobertura florestal relativa esteja hoje entre 9% e 10%; ela satisfaz as necessidades atuais e futuras do Paraná?

Para responder, façamos confronto com a situação de outras comunidades próximas e de estrutura fisiográfica e sócio-econômica parecida com a nossa. A Província de Misiones, na Argentina, tem superfície total de 30.000 km², da qual 63% está coberta de matas; a Província Argentina de Salta tem 58%; a de Jujuy (de polos semi-áridos) tem 22%. A Bolívia tem 44% do seu território florestado. O Paraguai 47%. O Uruguai, talvez o menos florestado de todos os países sulamericanos tem 14,3%.

Na Europa a situação florestal está secularmente estabilizada, com a totalidade dos países empenhados no aumento das áreas de mata, que variam percentualmente de 61% na Finlândia, a 29% na Alemanha, 26% na França e 19% na Itália.

Tal confronto nos leva a concluir pela extrema precariedade do nosso percentual de florestas, tendo-se em conta, sobretudo, o fato delas estarem concentradas em duas áreas apenas: a faixa da serra do mar e o Parque Nacional do Iguaçu. Afora esses dois maciços não existem mais áreas florestais contínuas, de razoável porte, no Paraná.

Esse rápido desnudamento está trazendo sérias consequências e as agravará sobremaneira. Seus efeitos não se farão sentir somente na ordem ecológica climática, ambiental e sanitária mas afetarão também o quadro humano e a economia de nosso Estado.

Politicamente, porque se sabe que o equilíbrio psicológico dos habitantes de Comunidades Industriais — nesta era de barulho, poluição e nervosismo — só é alcançado com a recreação e o conforto visual que a floresta proporciona.

Economicamente, porque a madeira e outros produtos florestais proporcionam trabalho para centenas de milhares de trabalhadores paranaenses.

Porém, mais grave do que o progressivo desaparecimento da matéria prima madeira é o efeito do desmatamento sobre o regime hidrológico dos nossos rios, cujas baixas de vazão podem comprometer todo o futuro energético do Estado e até o planejamento hidroelétrico do País.

Diante de perspectivas tão sombrias e que não são de hoje (o Prof. Reinhardt Maack vinha alertando sobre a agravação do problema desde 1947), é confortador constatar-se a atenção e o interesse que o Poder Legislativo tem votado ao tema.

Graças à iniciativa do então Deputado Romário Martins, o Paraná teve um dos primeiros e mais avançados códigos florestais que vigoraram no País (Lei n.º 706, de 01/04/1907), por ele atualizado em 1919 e 1926.

Foi em função de alertamentos partidos da Assembléia Legislativa que os Governadores Manoel Ribas, Bento Munhoz da Rocha e Ney Braga criaram as maiores Reservas Florestais de que chegou a dispor o Estado (hoje lamentavelmente

comprometidas). E a Assembléia teve ensejo de analisar esse grave problema quando discutiu e votou a Lei n.º 33 (17/01/48), que criou as Reservas Florestais das Regiões Missioneiras (Pitanga, Reserva, Tibagi, Jaguapitã e Mandaguari).

Está bem nítido na memória de todos o proveito que tiveram os membros desta Casa com a iniciativa de seu então Presidente, Deputado Paulo Camargo, em 1976, ao convocar diversos e destacados especialistas para discorrerem e opinarem sobre os nossos problemas ecológicos e ambientais.

É lamentável, porém, que as crises que nos têm atingido não gerem ensinamentos mais duradouros. Haja visto o trágico incêndio florestal de 1963 (que tanta repercussão teve nesta Casa) e que motivou a vinda ao Paraná de uma Comissão da Câmara dos Deputados, cujo relatório foi apresentado na sessão de 9 de novembro do citado ano.

Como decorrência desses dolorosos acontecimentos e do documento citado, o então Governador Ney Braga encaminhou a esta Casa mensagem propondo a criação não só da Secretaria de Florestas, como de um Fundo de Defesa Florestal e de uma taxa de Defesa Florestal."

O Sr. Ezequias Losso — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Desejo apresentar a minha solidariedade a V. Ex.^a pela feliz iniciativa em propor a constituição desta CPI, que visa, sobretudo, a defesa dos interesses do próprio Estado do Paraná, no tocante à preservação da natureza.

Essa preocupação, nobre Deputado, tem motivado também a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Assembléia, a tomar algumas providências, no sentido de ouvir autoridades, analisar problemas, propor medidas.

Tenha V. Ex.^a todo o apoio da Comissão, naquilo que estiver ao alcance, para que os objetivos que foram muito bem colocados por V. Ex.^a sejam inteiramente atingidos.

O SR. LÁZARO DUMONT — Agradeço o aparte do nobre

Deputado, e para encerrar, Sr. Presidente, estamos sabendo de que no mês de setembro próximo, o Estado do Paraná, irá realizar o Primeiro Simpósio Internacional de Ecologia. E que, evidentemente, serão conferidos aos participantes deste Simpósio, a oportunidade de ouvir as pessoas mais ilustres e as maiores autoridades do mundo. Pois estamos sabendo também, virá o técnico da França, inclusive, internacionalmente conhecido, o francês Jacques Cousteau, estará aqui em Curitiba, proferindo palestra e trazendo a experiência, adquirida em tantos anos que nós até estamos a sentir e a ver através da televisão, dos seus filmes, para que o Paraná possa, realmente, tirar proveito.

E, encerrando, apenas acrescentar, o que nos leva realmente, a propor esta CPI, é o quadro doloroso que atravessa o Estado do Paraná, hoje, um quadro realmente, que dá tristeza e como eu disse no início, aqueles que porventura hoje, tiverem a aventura de percorrer as bases do Rio Iguaçu, de visitar neste momento, as Cataratas do Iguaçu, aquelas mesmas lágrimas de alegria que corriam dos olhos, de ver a natureza tão exuberante, tão grandiosa em Foz do Iguaçu, tenho certeza, desses olhos deverão correr lágrimas, mas, de tristeza e muito mais triste ainda, porque o homem sente que ele é o causador de tudo isso o que está acontecendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para falar no horário reservado ao MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo à tribuna exatamente para apresentar os parabéns ao nobre Deputado Lázaro Dumont, pela iniciativa de pedir esta CPI. Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que o Deputado Lázaro Dumont, dentro de muito breve, vai chegar à conclusão que este Deputado já chegou.

CPI alguma funciona. CPI alguma nesta Casa, vai chegar a

bom termo.

Nenhuma delas ainda conseguiu chegar. A que chegou mais próximo foi uma Comissão Especial para investigar o Pinheirão. Assunto bastante polêmico, mas que também se não chegou a um final feliz, quase o foi.

Mas o Deputado Lázaro Dumont, citou alguns fatos que devem ser reafirmados e talvez até contestados.

O Deputado Lázaro Dumont citou um nome, do Professor Newton Carneiro, que defende o florestamento e o reflorestamento deste Estado. É bom que todos os Srs. Deputados lembrem e que fique consignado nesta Casa que este cidadão, quando Presidente do IBDF, foi acusado de estar patrocinando ou estar permitindo que a Serra do Mar, exatamente onde se instalará, Deus sabe quando, e provavelmente quando aquilo se transformar apenas em pedra, o Parque Marumbi, esse cidadão foi acusado de permitir a derrubada da Serra do Mar, para ser transformada ou, por uma empresa de reflorestamento ou uma floresta homogênea de "Pinus Eliotis".

É bom que se fale e é bom que se discuta e o Deputado Lázaro Dumont trouxe o problema exatamente no momento certo. Mas trouxe para uma Assembléia que não tem vontade de resolver os problemas. E a solução das CPIs tem mostrado isso.

E o próprio Deputado Lázaro Dumont já antevendo o insucesso de qualquer lei votada nesta Casa, é que elogiando Governadores que tiveram iniciativas: anteriormente, lembrou reservas florestais feitas por Governos anteriores, que ele mesmo o admite, estariam hoje comprometidas.

No Brasil existem dois tipos de leis: as que pegam e as que não pegam. Sobre reflorestamento e sobre florestamento, e sobre manutenção de florestas, neste Estado, lei alguma vai pegar, porque acima disso existe o interesse econômico.

Vejam os Srs. Deputados, está aí, pela primeira vez num dos jornais desta Capital, sendo elogiado o Sr. Deputado Paulo Carneiro porque a partir de agora, os títulos expedidos pela Fundação Instituto de Terras e Colonização, passaria a exigir que o colono reserve 25% das suas matas, como reserva.

O ilustre Deputado Lázaro Dumont que representa e que conhece bem os problemas do agricultor deste Estado, sabe que é impossível que o homem que tem 7 alqueires em média neste Estado, na região sudoeste, na região oeste, sabe que a esse homem é impossível reservar 25% de sua floresta.

Nós sabemos, que estas medidas que se propõem agora, são iguais às que se propuseram quando ainda existiam matas neste Estado. Li há poucos momentos ainda num jornal, se não me engano da COPEL, que nos últimos 10 anos, neste Estado se consumiram 70% das florestas.

V. Ex.^a lembrou bem a reivindicação do ilustre Deputado Paulo Camargo, e eu lembraria uma outra reivindicação de um Deputado e de toda esta Casa, sobre os distritos florestais. E onde estão os distritos florestais, um deles prometido para o Paraná?

Por isso, Deputado Lázaro Dumont, o problema que V. Ex.^a traz é de importância, mas que infelizmente para mágoa deste Deputado, não encontrará ressonância nem nesta Casa. E muito menos nos Governos que, antes de mais nada, têm interesses econômicos.

O deserto que se forma hoje no Paraná, se deve principalmente ao Governo Federal que, através de uma política voltada às exportações, financiou a indústria para que ela trouxesse os tratores, viesse vender implementos para que se plantasse a soja, para que essa soja fosse exportada.

Esqueceram que estava fazendo um deserto aqui. Mas, se locupletaram com os dólares conseguidos no Paraná, dólares esses para a Transamazônica formar novos desertos, para a ponte Rio-Niterói, para a Estrada do Aço, jogada às traças.

Por isso, Deputado Lázaro Dumont, muitas vezes, quando vemos os homens que defendem o meio ambiente numa briga constante, como José Luchtbenger, e tantos outros neste País,

ficamos a lastimar, a ver que, na verdade, pelos tecnocratas desta Pátria, pelos economistas desta Pátria, eles são chamados de líricos, de românticos!

Infelizmente, não tem ressonância o que eles dizem. Os rios estão secando! E é bom que se diga que a seca de hoje vem de longa data. Não é de hoje que o Paraná está seco. Consultem-se as safras destes dois últimos anos, e veja-se que o Paraná tem sofrido estiagens. A Usina Parigot de Souza, está, há dois anos, sem possibilidade de acionar, totalmente, suas turbinas.

O Plano Energético deste País, é feito por um contador, Ministro de Minas e Energia, que sequer engenheiro é, sequer economista é, é feito por um médico da Eletrobrás, é feito por tantas pessoas politicamente colocadas em postos, em postos estratégicos, que tem impedido, sistematicamente, que os resultados de planejamento do Comitê Sul que previa a entrada da Usina de Santiago já neste ano; que previa a entrada, em funcionamento da Usina de Osório, há dois anos que previa a Usina de Candiota II, no Rio Grande do Sul, já em funcionamento, desviaram recursos, mudaram os planejamentos. Estão procurando fazer as concessionárias estaduais meramente distribuidoras de energia!

Estão sufocando a nossa COPEL!

Sufocaram a CESP, agora, estão, às pressas, a entregar usinas à mesma! É por isso, que falta energia. É por isso que temos de denunciar que, infelizmente, um centralismo exagerado — centralismo que vai até ao ponto de impedir ao próprio Governador do Estado a criar o seu Parque Marumbi, pois na verdade, apesar da boa vontade do Sr. Governador, que, ainda há pouco, baixou um decreto criando o mesmo. Infelizmente, não temos condições de transformar isso, que é um sonho futuro das reservas de água de Curitiba, em realidade, pois, interesses maiores, interesses de magnatas desta Pátria, e deste Estado, não podem ser ofendidos.

E o Governo Federal, que tanto deve ao Paraná, o Governo Federal que deveria estar a desapropriar as áreas do Parque Marumbi, se acomoda, ou se acovarda. Mas, a verdade é que as cabeceiras do Rio Iguaçu, as cabeceiras do Capivari, o reservatório natural das águas para Curitiba, da Curitiba do ano 2000, estão seriamente comprometidos.

Por isso, Deputado Lázaro Dumont, no momento em que V. Ex.^a traz a esta Casa assunto de tão grande interesse, este Deputado já um tanto desesperançado por soluções saídas desta Casa, em benefício do Paraná, o cumprimenta e solicita, e pede, e roga que Deus ilumine os Srs. Deputados, para que tratem deste assunto com seriedade; que as autoridades do Paraná ergam as suas vozes e exijam uma legislação que resolva o problema.

Porque, não entendemos como possa uma reserva florestal ser comprometida. E, infelizmente, isso tem ocorrido.

O Sr. Lázaro Dumont — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, eu ainda acredito — ainda acredito — naquela frase que diz: "a esperança é a última que morre" e eu ainda tenho muita esperança.

O que realmente nós devemos pensar, esperar e desejar, é que, pelo menos, se outros setores abandonaram totalmente esta política de conservação de solos, conservação dos rios, conservação de florestas, conservação de todo o meio ambiente não só no Paraná, mas no Brasil todo, o que nós temos que dar provas e que pelo menos o poder político aja. Porque como V. Ex.^a disse, não são todos, mas lamentavelmente, a maioria dos técnicos não têm a sensibilidade de sentir o que o político sente.

Porque V. Ex.^a, eu e os demais Deputados desta Casa, vivem permanentemente em contato com o homem lá no Interior, conversam com ele, escutam as suas lóstimas, as suas reclamações, até de vez em quando também os seus elogios, é exata-

mente neste conhecimento, nesta vivência, que faz com que o Poder Político seja autêntico.

E é dentro desta autenticidade do Poder Político, que nós nunca poderemos, de maneira nenhuma, deixar de fazer porque outros não fazem. É dentro desta autenticidade do Poder Político que nós devemos acreditar ainda que, se alguns fazem tanto para que se deixe de realizar grandes obras, pelo menos alguns poucos devem manter a esperança de uma chama acesa para que se realize alguma coisa.

Eu, sinceramente, em muito que Vossa Excelência argumentou, dou as minhas mãos à palmatória. Mas o que realmente nós desejamos com esta CPI, é que esta Casa, pelo menos por um determinado tempo, faça evidenciar este assunto, faça com que não só o Paraná, mas se a imprensa der cobertura a esta Casa como está dando, evidentemente, faça com que também outros Estados, outras regiões do Brasil, sintam que a Assembléia Legislativa do Paraná, ao contrário dos técnicos, ao contrário daqueles que fazem tudo para devastar e acabar com o nosso Estado ou com outras regiões brasileiras, daqueles que, lamentavelmente hoje, se transformou numa outra profissão dentro deste País, se preocupa com a fiscalização e proibição pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária de continuar a ação de especulação de terras brasileiras, das florestas brasileiras. Deveria realmente ter uma legislação de proteção destas reservas que ainda aí estão, no Mato Grosso, no Acre, na Rondônia, que infelizmente, muitas pessoas, sem escrúpulos, vendem estas propriedades sem a menor consciência, fazendo com que outras regiões, outros desertos neste País se transformem e criem.

Pelo menos pode esta CPI não funcionar, pode não dar resultado nenhum, mas eu tenho certeza que a minha consciência, o meu travesseiro, por este fato, não atenderá as minhas lamentações porque tenho certeza, se outros não escutarem, mas a minha consciência falou e não serei no futuro, por uma geração que deverá vir aí, que talvez nem água terá no ano 2000, mas não serei acusado de omissão, de maneira nenhuma. Porque soube, pelo menos dentro de minhas poucas possibilidades que tenho, autenticamente, tentado representar aquele direito, aquele mandato que o povo me deu.

E a Vossa Excelência, Deputado Deni Schwartz, eu agradeço o apoio e recebo as críticas também como se fosse eu que as tivesse feito. Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Deputado Lázaro Dumont, obviamente as críticas não se dirigem aos Deputados. A estes se dirigem os elogios pela iniciativa e pelo entusiasmo que tão bem conhecemos na defesa das causas paranaenses. Vossa Excelência é um homem feliz porque tem esperanças. Mas veja Vossa Excelência, estamos a pedir novas reservas exatamente alguns meses após, numa declaração do Sr. Governador, de que o Paraná atingiu seus limites agrícolas. É neste momento que o ITC, já praticamente sem terras para titular ou, sem terras verdadeiramente devolutas, pois todo o Paraná está ocupado, tenta, resolver o problema.

Espero, Sr. Deputado, que esta movimentação — e concordo plenamente com Vossa Excelência — deva ter, como estopim, esta Assembléia, porém, que deva ser uma movimentação de todo o Paraná, que acabe por exigir, das autoridades competentes, não só a criação do Parque Marumbi, não só a conservação do que ainda resta das reservas — no dizer de Vossa Excelência — comprometidas, mas, a criação de novos parques como o Parque da Boa Esperança.

Quem viaja daqui para Guarapuava, vê um triste e lastimável quadro ao chegar na Serra da Esperança onde há uma casa, típica do caboclo, em cima praticamente de uma rocha, tão mal colocada que, até hoje não tive condições de saber como aquele cidadão, aquele brasileiro que em cima daquela rocha vive, pode chegar até à estrada; vê, lastimavelmente, a nossa Serra do Mar sendo devastada para ali se colocar uma

floresta cuja adaptação e resultados, estamos vendo, agora, não serem dos mais promissores.

Que consigamos sensibilizar os tecnocratas que criaram a Lei do Reflorestamento com incentivos fiscais, que, as áreas que devem ser reflorestadas, são aquelas áreas comprometidas, mas não, as áreas planas. No Brasil, se fez o contrário — nas terras com condições de serem cultivadas, foram plantados pinus e, nos morros, plantou-se milho. Se nós conseguirmos que os tecnocratas deste País, cada um no seu setor achando que o seu setor é o mais importante, achando que no reflorestamento o mais importante é a parte econômica e por isto reflorestando as partes planas, achando, o homem que detém as finanças do País, que o mais importante é plantar soja e não manter florestas, que o mais importante é financiar as multinacionais, a venderem mais tratores e, menos importante o homem que acaba indo viver lá em cima da rocha, que o mais importante é a produtividade de uma Volkswagen a derrubar uma imensa área na floresta amazônica, e, o menos importante é o pecuarista, o pequeno pecuarista que, se não tem uma produtividade de dez a quinze cabeças por alqueire, tem apenas uma, mas mantendo a ecologia, vivendo e deixando os outros viverem.

Se nós conseguirmos, através de uma movimentação que tenha como estopim a Assembléia e que tenha na imprensa o grande veiculador, se conseguirmos convencer de que não poderemos mais formar desertos, neste Estado e neste País, Vossa Excelência continuará sendo um homem feliz porque suas esperanças transformar-se-ão em realidade.

Muito obrigado. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional sobre se deseja ocupar o espaço regimentalmente cedido à bancada. (Declina).

Antes de passar à Ordem do Dia, a Presidência confere ao Sr. Deputado Nelson Buffara, cinco minutos para falar no horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. NELSON BUFFARA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há semanas atrás tivemos a oportunidade de reivindicar para o nosso Estado, mais precisamente para o Porto de Paranaguá, a prerrogativa da importação de algumas toneladas de milho que seriam importadas por uma Trading Company, a COBEC, e hoje, com rara satisfação, recebemos da Mesa Executiva desta Casa de Leis, um telex do Sr. José Ramalho, Secretário Nacional da Sunab, nos garantindo, de acordo com o que vou ler aos Senhores Deputados, a importação mínima de cinquenta e talvez até setenta por cento do que vai ser importado, e isso significa que das toneladas, um milhão de toneladas que deverão ser importadas, pelo Brasil, quatrocentos e setenta mil, podendo chegar até setecentos mil, serão importadas pelo Porto de Paranaguá.

Diz o seguinte o telex recebido por esta Casa e entregue a este Deputado: (Lê)

“Em 25-05-78 por delegado Ministro Estado Agricultura Dr. Alysson Paulinelli vg tendo em vista of 1507/78 de 11-05-78 vsa vg do requerimento Deputado Nelson Buffara vg que importação milho seja realizada Porto Paranaguá vg informados bipt Comissão Técnica Conab constituída técnicos Seplan vg Ministério Fazenda vg Ministério Agricultura vg Ministério Transportes jah programou Porto Paranaguá como prioritário, devendo receber mínimo 470.000 ton. milho podendo chegar atéh 700.000 ton. vg dependendo distribuição pt Por motivos técnicos et para evitar deslocamentos inúteis milho País usaremos também porto Rio Grande segunda prioridade et finalmente Santos última hipótese pt att sds José Ramalho Sec Nacional Abastecimento.”

Isto vale dizer, Senhores Deputados, que tendo em consideração, tomando por base que o Paraná ficará apenas com

cinco a sete por cento do cereal importado, vamos ter o privilégio de receber cinquenta a setenta por cento do que for importado, através do Porto de Paranaguá, para sanar um problema muito sério, qual seja, o problema social que assola as famílias dos trabalhadores humildes de Paranaguá.

Muito obrigado, Senhor Presidente e o agradecimento a essa autoridade que nos deixou sensibilizados, ratificando o que já dissemos desta tribuna, evitando que outros queiram tirar o mérito daqueles que realmente o tem.

Muito obrigado, Senhor Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Antes de encerrar a Hora do Expediente, a Presidência ...

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, consulto a Mesa se existe alguns minutos reservados à Liderança do MDB.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência confessa que lhe restariam ainda dois minutos.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, eu levanto uma questão de ordem e conto com a benevolência de Vossa Excelência, apenas para deixar registrado nesta Assembléia, que hoje é o dia comemorativo, Dia Internacional Comemorativo à Liberdade de Imprensa e, me parece que este Poder depende muito dessa liberdade básica para a humanidade, para ter seu funcionamento pleno. Então, queremos deixar registradas, em nome do MDB, as felicitações à nossa imprensa, à nossa imprensa escrita que tem conseguido relativa liberdade de imprensa; e, também, deixar consignada a nossa tristeza porque em outros campos da imprensa, mais especificamente a televisada e o rádio, ainda, apira, infelizmente, para a nossa Nação, alguma restrição que não corresponde ao grau de desenvolvimento cultural e ao estágio de civilização que o povo brasileiro merece.

Portanto, Sr. Presidente, agradecendo a compreensão de Vossa Excelência, ficam registradas as nossas felicitações à imprensa que hoje comemora o seu Dia Internacional de Liberdade à Imprensa. E, nossos votos que entendam os responsáveis pelos Poderes do Brasil, de que nação e povo algum pode esconder a liberdade; pode esconder a verdade do povo, porque a liberdade de imprensa pressupõe, acima de tudo, a liberdade para todos.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Antes de iniciar a

Ordem do Dia, a Presidência tem dois comunicados a fazer:— A sessão vespertina de amanhã será solene, dedicada à outorga do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, a D. Romeu Alberti, Bispo Diocesano de Apucarana; a sessão realizar-se-á às 15:00 horas e a Mesa encarece a presença dos Srs. Deputados para conferirem maior brilho à solenidade de outorga do Título de Cidadão Benemérito àquela autoridade eclesiástica e quer parecer à Mesa, que pela primeira vez, o Poder Legislativo conferirá a uma autoridade eclesiástica, essa honraria. Razão pela qual, faz questão de significar a importância do acontecimento. A Presidência, também, lembra aos Srs. Deputados que logo mais, às onze horas e trinta minutos, a Assembléia Legislativa do Paraná, recepcionará, neste Plenário, as misses representantes de todos os Municípios do Estado do Paraná que se inscreveram no certame que visa eleger a Miss Paraná, oportunidade em que as Representantes da beleza da mulher paranaense confraternizarão com os Srs. Deputados, na visita que deverão fazer a esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, com apoio do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 150/78, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 133/77, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que dá nova redação ao artigo 70 e seu parágrafo único, da Lei n.º 6174, de 16/11/70. Com parecer da C.C.J., em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.—

OFÍCIO N.º 43/78

Curitiba, em 24 de abril de 1.978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 03/78, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 133/77, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Objetiva o autógrafo dar nova redação ao art. 70 e seu parágrafo único, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado).

3. O não acolhimento ao projeto de lei em questão, decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade em face do preceito contido no artigo 25, § 1.º, alínea C, da Constituição do Estado, onde é conferida ao Chefe do Poder Executivo a exclusiva competência para iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos do Estado e seu regime jurídico.

4. Ademais, vale ressaltar que o preceito contido no artigo 35 da Constituição Estadual, reafirmando a inconstitucionalidade, confere, ainda, ao Governador do Estado a competência para a propositura de leis que “abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.”

5. Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1.978.

(a) Poder Executivo.

Encerrada a discussão. — Em votação.— Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.— Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere.

A Presidência colocará a Proposição n.º 150/78, regimentalmente, à consideração do Plenário, de forma inversa, na verificação requerida pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Em votação o projeto. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. (Pausa).

Onze Srs. Deputados o aprovam.

Onze Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, requiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere.

A Presidência alerta, se houver som nas dependências desta Casa, que há Srs. Deputados reunidos em Comissão Especial na Sala das Comissões. Pede, portanto, que depois de devidamente alertados os Srs. Deputados compareçam para a chamada nominal requerida.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada 28 Srs. Deputados.

Há "quorum" para deliberação.

A Presidência colocará em votação a Proposição n.º 150/78 — Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 133/77.

Em votação o projeto — Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. **Rejeitado o Projeto, mantido o veto governamental.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 04/78, que estabelece critérios para provimento dos cargos de Consultor Legislativo, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — O provimento dos cargos de Consultor Legislativo e Auxiliar Técnico de que trata o parágrafo 2.º, do artigo 1.º, da Lei n.º 6.965, de 20 de dezembro de 1.977, far-se-á pelo critério de merecimento e de antiguidade, dentre os funcionários estáveis do Poder Legislativo, portadores de diploma de nível universitário.

Art. 2.º — O provimento nos cargos de Secretário de Comissão será feito de acordo com os critérios, requisitos e condições estabelecidos no artigo anterior, excluída a exigência de diploma de nível universitário.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/77, de autoria dos Deputados FIDELCINO TOLENTINO e LINEU TURRA, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, o acesso ligando o Distrito de Cafelândia d'Oeste à BR-369. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEIS da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 21/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica incluído no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a construção e pavimentação do acesso ligando o Distrito de Cafelândia d'Oeste, no Município de Cascavel, à BR-369, na altura do Distrito Nossa Senhora da Penha, pertencente ao Município de Corbélia, compreendendo um trecho de 12 km de estrada.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1.977.

(aa) Fidelcino Tolentino e Lineu Turra.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Cafelândia d'Oeste, que é o maior de Cascavel, em todos os aspectos e principalmente sócio-econômico, é sede de uma das maiores Cooperativas Agrícolas da poderosa região oeste do Paraná, a COOPERATIVA AGRÍCOLA CONSOLATA LTDA. (COPACOL).

Essa organização congrega os agricultores e ela filiados em três municípios, através dos entrepostos e unidades armazenadoras de Formosa d'Oeste, Nova Aurora e Cafelândia (Cascavel), sendo agregada à COTRIGUAÇU, que é a maior complexo cooperativista do Paraná.

A importância dessa estrada está relacionada com a importância econômica dos referidos municípios, além de Corbélia e Cascavel.

Sendo aí em Cafelândia a sua sede, a concentração de unidades armazenadoras de cereais, intui-se que é prioritíssima a construção desse pequeno trecho de estrada, o qual, em tese, poderá ser construído e pavimentado até mesmo com os rendimentos auferidos pela retenção dos vencimentos dos servidores públicos do Estado até o mês de abril.

O grande interesse que o Estado tem no equacionamento de sua maior riqueza, que é mercantilizar os produtos agrícolas, que representam sua base econômica, justificaria por si só a urgência na consolidação dessa justa reivindicação.

Essa pujaça será caracterizada pela Ata da Assembléia Ordinária da Cooperativa, realizada no dia 07 de março deste ano, onde se vê que o capital de giro e disponível em caixa é de Cr\$ 700.000,00 e que o rendimento bruto do exercício de 1.976 foi de Cr\$ 1.600.000,00, sendo que a diretoria ficou autorizada a efetuar uma operação para, a próxima safra, de 1.200.000 sacas de soja, além de outros produtos, num movimento de quase Cr\$ 123.000.000,00.

Tal produção basicamente se utilizará dessa estrada para alcançar a rodovia BR-369 — Cascavel-Campo Mourão, e colocar no mercado a sua safra por inteiro, ou seja: Porto de Paranaguá ou Santos, com a opção de alimentar as indústrias de óleo de Cascavel ou Ponta Grossa.

Além desse aspecto econômico, de interesse direto da economia do Estado, deve-se levar em conta, ainda, o ângulo sócio-cultural, porque grande número de estudantes de Cafelândia e Nova Aurora demandariam a Cascavel para frequentar a Faculdade, nos diversos cursos ali existentes. Isso evitaria o uso da estrada atualmente existente com 45 km e sem qualquer revestimento, o que com chuvas, torna impossível o acesso. Com a opção desse pequeno trecho, a distância permaneceria praticamente a mesma e com aproveitamento imediato de 27 km de asfalto da BR-369.

Não obstante, os agricultores que buscam o seu financiamento nos Bancos de Cascavel poupariam alto consumo de combustível, ocupando grandemente o seu precioso tempo, sem levarmos em conta, ainda, a existência em Cafelândia da Agência do Bamerindus, cujo movimento ultrapassou mais de quarenta outras agências do mesmo Banco o que decisivamente demonstra a circulação de riquezas ali produzidas.

Vale mencionar, mais, a serventia que dará a Nova Aurora, que fica acerca de 12 km de Cafelândia.

O interesse que move os municípios de Cascavel e Corbélia é manifesto não só pelos senhores deputados que representam essas comunidades, mas, também, de modo especial, é preocupação do Sr. Prefeito Laudemir Turra, de Corbélia, através do seu ofício LT-049/77, expressando a urgência no atendimento dessas reivindicações, no trecho compreendido neste plano de lei.

Por outro lado, o Distrito de Cafelândia d'Oeste, contando atualmente com mais de três mil eleitores e já preenchendo todos os requisitos para ser emancipado como um novo município paranaense, conforme ficou demonstrado em processo que se encontra tramitando, com o objetivo de concretizar

essa elevação, pode ser apontado como fonte da maior produção agrícola em todo o oeste paranaense, merecendo, por todos esses méritos, a pronta atenção dos dirigentes de nosso Estado para que essa meta, possa ser alcançada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 21/77

PARECER

VOTO VENCEDOR

Entendeu a Comissão de Constituição e Justiça, por maioria de votos, em arguir a inconstitucionalidade do presente projeto de lei, pelas razões seguintes:

Seja na forma do projeto original, seja na forma do substitutivo apresentado, há ofensa à nossa Carta Estadual, face ao disposto nos artigos 25 e 35.

Na verdade, quando a Constituição do Estado trata da matéria, ela é clara ao dizer que **"É da competência do Poder Executivo a INICIATIVA das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou, de qualquer modo, AUTORIZEM, CRIEM ou AUMENTEM a despesa pública."** (destaques nossos)

É importante que se observe não apenas os aspectos de QUALQUER MODO, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública, mas que se examine o conceito de INICIATIVA uma vez que a INICIATIVA DE TAIS LEIS é que é da competência do Poder Executivo.

E a iniciativa é o ato pelo qual se propõe ao órgão legislativo a formulação de uma lei.

Com a INICIATIVA, desencadeia-se o processo legislativo, do qual é o ato inicial.

Aliás, JOSÉ AFONSO DA SILVA ao tratar do assunto, assim se expressa: **"O objetivo da iniciativa não é o projeto em si, mas a lei, que é o ato final do processo. Por esse motivo, a doutrina vem repudiando a expressão INICIATIVA DO PROJETO DE LEI, fazendo ver que a iniciativa é da lei e não do projeto."**

JOAQUIM CASTRO AGUIAR ao tratar do assunto faz a seguinte observação:

"A iniciativa parlamentar ficou, no atual regime, muito aquém da governamental. O predomínio desta sobre aquela é bastante acentuado, porquanto a Constituição conferiu ao Executivo a competência para a iniciativa das leis que, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública. Com isso, reduziu-se sensivelmente a iniciativa parlamentar, com fortalecimento da iniciativa governamental."

Vale ainda ressaltar que a própria Constituição Federal em seu art. 57 é clara no sentido de que a INICIATIVA das leis que disponham sobre matéria financeira ou que aumentem a despesa pública, é da competência exclusiva do Presidente da República.

As leis que, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública são de iniciativa governamental privativa. Só o Executivo as pode iniciar. A simples autorização de despesa exclui a iniciativa parlamentar.

No caso em tela não há como negar que a simples integração no plano rodoviário de um acesso implica, necessariamente em despesa, já que esta é consequência imediata daquela.

E se a lei cria despesa, se a lei aumenta despesa ou se a lei autoriza despesa, só o Executivo poderá INICIÁ-LA.

São essas, em síntese, as razões invocadas quando à inconstitucionalidade da medida pleiteada.

Quanto ao propósito dos autores do presente projeto de lei, no que se refere à construção e pavimentação do acesso asfáltico, é dos mais meritórios e poderia muito bem ser transmitido ao Chefe do Poder Executivo através de requerimento que, estamos seguros, contaria com o apoio unânime desta Casa Legislativa.

Como projeto de lei, no entanto, não vemos outro caminho que não seja o de arguir sua inconstitucionalidade.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1.977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N.º 21/77

PARECER

Os Deputados Fidelcino Tolentino e Lineu Mansani Turra, pretendem incluir no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário a construção e pavimentação asfáltica do acesso de interligação do Distrito de Cafelândia d'Oeste, no Município de Cascavel, à BR-369, na altura do Distrito de Nossa Senhora da Penha, perfazendo um trecho de 12 km.

O referido projeto de lei, recebeu substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça que dá redação correta ao seu Art. 2.º.

Havendo viabilidade financeira e pelo mérito do Projeto de Lei, oferecemos Parecer FAVORÁVEL, aconselhando a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1.978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Del Ciel, Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E
COMUNICAÇÕES.

De autoria dos nobres Deputados Fidelcino Tolentino e Lineu Turra, o presente Projeto de Lei n.º 21/77, tem por finalidade integrar ao Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, o acesso ligando o Distrito de Cafelândia d'Oeste—Município de Cascavel à BR-369, conforme especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento das doulas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, analisando-se o projeto através da justificativa apresentada pelos seus autores, temos que o mesmo se reveste de alta significação para uma vasta e progressista região de nosso Estado, que muito irá se beneficiar com o melhoramente proposto.

Assim sendo o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1.978.

(aa) Fuad Nacli, Presidente e Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/77, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que denomina "ESCOLA DOUTOR LAURO MULLER SOARES", a Unidade Polo de União da Vitória — Ensino de 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 141/77

PARECER

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A unidade Polo de União da Vitória — Ensino de 1.º grau, passará a denominar-se "Escola Doutor Lauro Muller Soares" — Ensino de 1.º Grau.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1.977.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

Em determinadas ocasiões se torna muito difícil dissociar o administrador, o profissional liberal, o político, do homem. Esta é uma delas, pois existem pessoas predestinadas que conseguem no curso de sua vida pública, manter traços comuns de personalidade. Isto ocorreu com o homenageado, Dr. Lauro Muller Soares. Pai de família exemplar, médico

dedicado, político proeminente e administrador dinâmico, em todas as atividades exercidas, demonstrou um traço comum que o marcou para sempre na memória daqueles que com ele conviveram o alto sentimento humanitário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 141/77.

De autoria do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, visa o presente projeto de lei denominar "Escola Doutor Lauro Müller Soares", a Unidade Polo de União da, — Ensino de 1.º grau.

Nada mais justa e oportuna do que a homenagem que se pretende prestar, através deste plano de lei, a Lauro Müller Soares. A justificativa nos informa que o ilustre homenageado foi um administrador dinâmico, médico dedicado, político proeminente, pai de família exemplar, enfim, em todas as atividades que exerceu deixou a marca de sua personalidade forte e de alto sentimento humanitário.

Não vemos nenhum impedimento de ordem constitucional ou legal, que possa oferecer obstáculo ao seu trâmite normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é pela sua aprovação.
Sala das Comissões, em 13 de abril de 1978.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
OSVALDO MACEDO — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 141/77

O presente Projeto de Lei n.º 141/77, de autoria do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, tem por finalidade denominar Escola Doutor Lauro Müller Soares, a Unidade Polo de Ensino de 1.º Grau, da Cidade de União da Vitória.

Analisando a constitucionalidade da matéria, opinou favoravelmente sobre a mesma a douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao mérito, ao qual cabe a análise por esta Comissão de Instrução Pública, temos que a homenagem que se pretende com a Proposição, se reveste de significativo grau perante a instrução, isto porque, reverenciando a memória daqueles que durante a sua vida deram algo de si em prol do bem comum, como é o caso do ilustre homenageado, Dr. Lauro Müller Soares, estamos convocando e dando provas que, o sacrifício e o despreendimento em favor do próximo menos favorecido, ainda são válidos e servem de estímulos às novas gerações, tão destituídas de exemplos a seguir, numa época conturbada e da qual tanto se apregoa modelos distintos e sem maiores significações.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, nos congratulando com o autor pela Proposição apresentada que é a das mais meritórias no campo da instrução pública de nosso Estado.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1978.

(a) WERNER WANDERER — Presidente
EDILSON ALENCAR — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/77, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmeira, parte do imóvel que especifica. Pareceres contrários da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — Em Regime de Urgência.

PROJETO DE LEI N.º 169/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, mediante as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, ao Município de Palmeira, parte do terreno, com 14,60 m de frente e fundos, por 34 m de cada lado, no imóvel de propriedade do Estado, com 42 m de frente e fundos, por 34 m de cada lado,

situado na Rua 15 de Novembro, naquele município, conforme transcrição n.º 9.385, do livro 3-D — fls. 247, do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, destinado à construção da residência para o Juiz da Comarca.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Palmeira, sede de Comarca, não possui ainda residência destinada ao Juiz. Presentemente, a municipalidade demonstrou intenção de edificar aquela residência, importando para isso a autorização para a doação do terreno, que ora estamos propondo através do presente plano de lei.

A parte do imóvel que se pretende doar, integra o terreno onde se situa o Fórum da Comarca. Conforme a fotocópia da documentação que anexamos ao presente, não há impedimento algum para que a doação seja autorizada.

Com isso é que apresentamos o presente projeto de lei que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 169/77

De acordo com o voto verbal vencedor exarado em reunião de 06/04/78, nos termos do Art. 60, § 5.º do Regimento Interno, temos que o Projeto de Lei n.º 169/77, de autoria dos nobres Deputados Ivo Thomazoni e Fuad Nacli, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Palmeira, o imóvel que especifica, destinado à construção de residência para o Juiz de Direito da Comarca.

Quanto ao aspecto legal e constitucional da doação em si, nada há que possa obstar a sua aprovação, porém quanto à finalidade específica para que a mesma se efetive, entendemos, data vênica, que não encontra amparo legal.

Embora tratando-se de delegação vedada nos termos do Art. 49, da Constituição Estadual, pode o Tribunal de Justiça, pela Lei Orçamentária, construir prédios, destinados a Fórum, mas não está autorizado a construir residências para Juízes.

O Tribunal de Contas do Estado, órgão auxiliar deste Poder Legislativo, tem reiteradamente negado, através de pareceres normativos, a aprovação de prestação de contas de Prefeituras, referente até mesmo ao pagamento de aluguéis destinados a residências de Juízes de Direito.

Assim o nosso parecer é contrário ao Projeto de Lei n.º 169/77, pela sua flagrante ilegalidade, opinando-se pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1978.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 169/77

De autoria dos nobres Deputados Ivo Thomazoni e Fuad Nacli, o presente projeto de lei tem por finalidade doar ao Município de Palmeira, o imóvel de propriedade do Estado conforme especifica.

Analisando o aspecto legal e constitucional da matéria, pronunciou-se contrariamente sobre a mesma a douta Comissão de Constituição e Justiça.

Nestas condições, nada há que se argumentar sob o aspecto financeiro do projeto em tela, e de acordo com o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestamos o nosso parecer contrário, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1978.

(aa) Erondy Silvério - Presidente; Edilson Alencar - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 169/77

O presente Projeto de Lei n.º 169/77, de autoria dos nobres Deputados Ivo Thomazoni e Fuad Nacli, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Palmeira, o imóvel que especifica, destinado à construção da residência para o Juiz da Comarca.

Inserido ao processo, encontramos as manifestações contrárias, aprovadas pelas doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Quer nos parecer, que em razão de tal parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, a matéria deveria ser encaminhada, através do Departamento competente à Mesa, a fim de que o Plenário decida-se, preliminarmente, sobre se favorável ou contrário àquela manifestação, para somente após isto ser submetida à consideração das demais Comissões Técnicas.

Nestas condições, o nosso parecer é no sentido de que o projeto de lei em tela, seja encaminhado à Mesa, para que após ouvido o Plenário sobre a constitucionalidade da matéria sobre a qual opinou contrariamente a Comissão de Constituição e Justiça, seja ouvida esta e as demais Comissões Técnicas.

É o requerimento.

Sala das Comissões, em 8 de maio de 1978.

(aa) EGON PUDELL — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

— Rejeitado o projeto.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem). Não pude acompanhar o projeto a que V. Ex.^a se refere e colocou em votação?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência poderá verificar a votação, desde que estando o projeto de lei com pareceres contrários, a Presidência, regimentalmente, terá que colocar de forma inversa à consideração do Plenário.

Projeto de Lei n.º 169/77, do Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Palmeira, parte do imóvel que especifica.

A Presidência poderá esclarecer: pretende o Município de Palmeira, construir sobre este imóvel, residência destinada ao Sr. Meritíssimo Juiz de Direito daquela Comarca e solicita do Poder Executivo Estadual, a transferência do referido imóvel, para que ali se construam residências para a Magistratura e representante do Ministério Público.

A Presidência no pedido de verificação de votação, vai colocar novamente em votação o Projeto de Lei n.º 169/77.

Chama a atenção dos Srs. Deputados, para a forma inversa de votação.

(Faz soar os tímpanos).

A Presidência encarece dos eminentes Srs. Deputados o obséquio de tomarem suas respectivas poltronas, para viabilizar a conferência de votos.

Em votação o Projeto de Lei n.º 169/77. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o Projeto de Lei n.º 169/77, queiram levantar-se. — (Pausa).

27 Srs. Deputados aprovam, 5 Srs. Deputados rejeitam. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 171/77, de autoria do Deputado Del Ciel, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cambé”, com sede e foro na cidade de Cambé. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 171/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “Associa-

ção de Proteção à Maternidade e à Infância de Cambé”, com sede e foro na cidade de Cambé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1977.

(a) DEL CIEL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora propomos seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Cambé, há longos anos.s.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Com isso, estamos apresentando o presente projeto de lei para o reconhecimento público estadual, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 171/77

De autoria do nobre Deputado Del Ciel, o presente Projeto de Lei n.º 171/77, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cambé.

Analisando-se o processo, através da justificativa apresentada pelo seu autor bem como pela documentação ao mesmo anexada, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos legais exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10/01/78.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1978.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27/78, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibiporã” com sede e foro na cidade de Ibiporã. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 27/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibiporã”, com sede e foro na cidade de Ibiporã.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços junto à comunidade de Ibiporã, principalmente no atendimento aos excepcionais.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, submetemos à apreciação dos nobres Pares o presente plano de lei, visando o reconhecimento público do Estado à entidade acima descrita e que temos a certeza contará com o integral apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 27/78

De autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, o presente Projeto de Lei n.º 27/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibiaporá".

Analisando-se o processo, através da documentação que o acompanha e a justificativa apresentada pelo seu autor, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela legislação estadual pertinente à matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1978.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que outorga título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 33/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica outorgado ao Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, o título de "Cidadão Benemérito do Paraná".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1978.

(aa) LUIZ ROBERTO SOARES

ENÉAS FARIA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 33/78

1 — Objetiva o presente projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados Luiz Roberto Soares e Enéas Faria, outorgar título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho.

2 — O plano de lei em evidência vem articulado e justificado, atendendo, desta forma, o que determina o art. 123, do Regimento Interno.

3 — A referida iniciativa não apresenta qualquer óbice, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional que possa prejudicar sua livre tramitação.

4 — Quanto à sua oportunidade, convece-nos a justificativa que acompanha o projeto. Na verdade, feliz a iniciativa, pois a concessão de honraria ao eminente paranaense nada mais foi que render um preito de gratidão e reconhecimento a quem, na verdade muito se deve pelo exercício de ministrar justiça, ao longo de uma brilhante carreira de cinquenta anos.

Assim, pois, em face das considerações expendidas, somos pela aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1978.

(a) PAULO CAMARGO — Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência solicita permissão das Representantes da beleza da mulher paranaense para continuar a votação da Ordem do Dia, para, em seguida, permitir que esta Casa de Leis preste uma homenagem às Representantes dos diferentes municípios do Paraná, que aqui se fazem presentes.

E pede que fiquem completamente à vontade para, em seguida à votação da Ordem do Dia, receberem a homenagem

que os Srs. Deputados desejam lhes prestar.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37/78, de autoria do Deputado Frabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a "Associação Beneficente e Hospitalar de Contenda - A.B.H.C.", com sede e foro na cidade de Contenda. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 37/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Beneficente e Hospitalar de Contenda - A.B.H.C.", com sede e foro na cidade de Contenda.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1978.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social, à comunidade de Contenda.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação pertinente ao instituto da declaração pública em nosso Estado.

Nestas condições, apresentamos o presente projeto de lei que esperamos possa contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

De autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, o presente Projeto de Lei n.º 37/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Beneficente e Hospitalar de Contenda, com sede e foro na localidade do mesmo nome.

Analisando-se o processo através da justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação que acompanha o projeto, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual pertinente ao estatuto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1978.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

NELSON BUFFARA — Relator

Esgotada a Ordem do Dia, a Presidência vai sobrestar a matéria constante dos requerimentos, após recepcionar as Misses aqui presentes, voltar a matéria à consideração do Plenário.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná recepciona, em seu plenário, as Representantes da beleza da mulher paranaense, recebe, afetivamente, as Misses aqui presentes, escolhidas pelos diferentes municípios, delegando-lhes, por certo, aquelas coletividades, a condição de representá-las no certame que se realizará, nesta Capital, visando a escolha de Miss Paraná.

Os Srs. Deputados, ao par de desejarem sucesso a todas, tem acalentada certeza que o Paraná estará otimamente bem representado por ocasião da escolha de Miss Brasil.

Deseja a Presidência que Representantes da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro, as saúdem em nome desta augusta Casa de Leis.

A Presidência consulta o Sr. Deputado Líder do MDB se deseja delegar a um dos Representantes de sua bancada o privilégio de saudar as Srtas. Misses que aqui se encontram. O SR. ENÉAS FARIA — Senhoritas que representam, nestes

momentos, a Mulher do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado, é o repositório dos anseios, das esperanças, das reivindicações, da gente paranaense.

Para aqui convergem, Senhoritas, o pensamento de nosso Estado, no elenco de tudo o que pretendemos, de tudo o que sentimos, das coisas tantas e tão importantes para o futuro e para até o presente, que aqui aportam e que devem receber e que recebem, a nossa atenção e o nosso cuidado, fazemos hoje um instante de pausa para recebê-las, entendendo que o certame de que participam, entendendo que os objetivos a que se entregam, a par de ver coroado o que a mulher possa possuir de mais belo, de mais externável, representa também, e mais até, a presença e a participação de cada uma das senhoritas, representa a mulher do Paraná no que ela efetivamente é, no que ela efetivamente vive, no que ela efetivamente pensa, deseja, anseia, anseia e busca.

Temos certeza que a mulher paranaense, que vocês representam agora, aqui, há de saber usar este certame e estes instantes, para posicionar-se diante das coisas do Paraná, para colocar-se diante do paranismo que a todos nós embala e a que todos nós incentiva e estimula. Sei e temos todos nós certeza, que a mulher do Paraná, consciente e partícipe, há de oferecer em mais este episódio, mais uma demonstração de seu talento, de sua inteligência e de sua capacidade, mostrando os recantos de nosso Estado e projetando tudo isto ao Brasil.

Levem, Senhoritas, o nosso respeito, a nossa admiração, a certeza de que esperamos que cada uma, aqui nos seus retornos aos seus municípios, que das esperanças e da vivência auri-da nestas oportunidades, possam retornar, possam projetar tudo isto que colheram, na certeza de liderarem, de comandarem, de ensinarem tantas coisas que a mulher do Paraná sabe e precisa externar.

Os nossos desejos, finalmente, para que sejam exitosas, para que encontrem felicidades nesse certame que participam e nos objetivos a que se propõem. Os nossos desejos de felicidade e de êxito.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Palmas). — (Sem revisão do orador).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, falará em nome de nossa bancada, a ARENA, o nobre Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Confiro a palavra, para falar em nome da bancada da Aliança Renovadora Nacional, ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, caríssimas Senhoritas.

Esta Casa de Leis, composta de representantes, cada um de região que o selecionou, como os municípios de cada uma de vocês também o fizeram, deste testemunho de que é um País democrata e cristão, o que foi demonstrado também, nas eleições de vocês. Porém, a sua eleição e a sua representação, diferente da nossa, traz em um conteúdo de dignidade porque a beleza, segundo o próprio poeta, é um dote divino, trazem, pois, dois significados nesta seleção de beleza que vocês representam neste momento: a representação de um País democrata, e a representação de uma dignidade!

Mas vocês irão adiante, representando estes dois pensamentos, representando, daqui para a frente, um Estado de um País-Continente e, tenho certeza, o Paraná, após esta seleção e após o que esta Casa de representação popular pode ver hoje, na pessoa de cada uma de vocês, o Paraná terá, como em muitos dos setores da atividade humana, terá, se Deus quiser, mas uma vitória, merecida vitória.

Espero que vocês, a cada momento desta pequena trajetória de menina-moça à mulher mais bela, não esqueçam de que

nós, seres humanos, trabalhamos em várias atividades, em vários setores, mas, quando deparamos com a beleza feminina, tudo se transforma. Esta Casa para onde o povo converge para tudo e para todos, parou, quando vocês aqui chegaram!

Nós, representantes do povo, que nos dispusemos a traduzir toda a vontade do povo, dizemos a vocês, senhoritas:

A mulher é a complementação necessária de toda a existência, mas a mulher bonita não é apenas — diria o poeta — não é apenas o belo da vida, é o supremo da existência!

Felicidades a vocês! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência

entende, Senhoritas Misses, que, para os Srs. Deputados que aqui representam a coletividade brasileira que vive nas fronteiras deste rico e próspero e belo Estado do Paraná, sentir-se-iam honrados, e mais que honrados, jubilosos e felizes se pudessem, a cada um, indentificar-se, nas suas belas figuras de misses, aqui presentes, identificando-se a representante do seu ou, dos seus municípios aqui representados.

Sei que não é praxe, todavia estimaria que as Senhoritas Misses pudessem, ao levantar-se, declinar o nome e o município que representam, para que os Senhores Deputados pudessem visualizar a representante do seu município, para que também possa sentir-se orgulhoso de ver a sua cidade sede ou a sua cidade integrante da sua região aqui representada.

Por esta razão, solicitaria a nossa chefe do cerimonial Sr^a Laudicéia, orientasse esta identificação, que para todos os Senhores Parlamentares, sei, se constituiria em mais uma mola propulsora a continuar acalentando o desejo vivo e permanente de bem representar aqui a população paranaense.

Apresentaram-se as Misses de: Ponta Grossa, Piên, Cascavel, Colombo, Dois Vizinhos, Quitandinha, Piraquara, União da Vitória, Paranaguá, Califórnia, Curitiba, Alto Paraná, Morretes, Nova Londrina, Pitanga, Foz do Iguaçu, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Assis Chateaubriand, Agudos do Sul, Guaraqueçaba, Campo Tenente, Marialva, Medianeira, Londrina, Umuarama, Balsa Nova, Guaíra, Cornélio Procopio, Toledo, Rio Negro, Araucária, Maringá, Pato Branco, Apucarana, Praias do Paraná, Antônio Olinto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Raras são as oportunidades que este Plenário pode quebrar a austeridade própria das sérias discussões que aqui se realizam, na busca dos problemas que, existindo, afligem os paranaenses. Esses raros momentos de encantamento que vive este Poder, não estariam, por certo, realizando se nós não pudessemos ouvir uma das representantes do grupo de beleza que aqui se concentra, para que, em nome de todas, possa dizer o quanto representa esse contáto das misses com os Srs. Representantes do povo. E sem que tenha pesado na escolha qualquer interesse de ordem política ou regional, porquanto, nesta Casa, a mais democrática possível, não poderia adotar critério pela beleza, porquanto todas são portadoras de dotes, extraordinariamente, grandes; e, para evitar que Pato Branco brigue com Cascavel, ou Teledo, Medianeira, ou Dois Vizinhos, Apucarana ou Cornélio Procopio, a Presidência aceitou a indicação feita. Falará em nome das misses, a representante de Morretes, Srta. Itamara Neves.

A SRTA. ITAMARA NEVES — Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembléia Legislativa e demais Deputados e pessoas aqui presentes.

Nós nos sentimos muito felizes, lisongeadas mesmo, por termos sido recebidas de tal maneira, com tanto carinho, com uma receptividade tão grande, dentro desta Casa. E gostaria de lembrar que a beleza maior, é como já dizia Sócrates, que o rosto é o espelho da alma; a beleza maior é a interior, como já dizia Saint-Exupéry, o essencial é invisível para os olhos. E, isso a gente conseguiu vivendo, se instruindo, estudando, crescendo, ficando adulta nesta terra gente, nesta terra que é o Paraná e com esse povo querido, que nos educou, que nos apoiou,

que luta para que o seu povo seja cada dia mais gente; cada dia mais capaz de representar bem o Paraná e o Brasil.

Nós nos sentimos honrados em estarmos aqui presentes, honrados, mais ainda, de representarmos um pedacinho deste grande Estado, deste Estado maravilhoso que é o Paraná, este Estado gigante que luta, e que lutando conseguirá ser o maior Estado do Brasil.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Constata a Assembléia Legislativa do Estado, que a par da beleza e o encantamento das Senhoritas Misses, está também a desenvoltura e a cultura, bem representada nas palavras proferidas pela Senhorita Itamara Neves, que falou em nome das Senhoritas Misses, aqui presentes.

A Assembléia ao encerramento da recepção, almeja às Senhoritas Misses, às Senhoras acompanhantes e aos Senhores promotores do certame, felicidades totais.

A Presidência reinstala a sessão, colocando à consideração do Plenário a matéria, objeto de requerimentos.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de apurar a situação de florestas e vasão dos rios no Estado do Paraná.

Por se encontrar constitucionalmente apoiado, a Presidência despacha de ofício, recebe o requerimento de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito e solicita aos Srs. Líderes dos partidos, que indiquem na forma constitucional e regimental os Srs. Deputados para comporem a referida comissão.

A Comissão será composta de cinco membros, mantida a proporcionalidade, de 3 Srs. Deputados para a ARENA e 2 Srs. Deputados para o M.D.B.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja encaminhado o presente expediente à Comissão Especial, encarregada do procedimento do Projeto de Lei n.º 177/77, que trata da Lei Complementar que reestrutura a Procuradoria Geral do Estado. — **A Comissão Especial que estuda a reestrutura a Procuradoria Geral do Estado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Sílvia Rüppel Abdala. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, a passagem, nesta data, do cinquentenário da morte do professor Dr. Nilo Cairo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José da Motta Ribeiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo que se digne determinar estudos visando a instalação de um Posto de Saúde em Engenheiro Gutierrez, Município de Irati. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretários da Justiça e da Administração, Diretor do Departamento de Imprensa Oficial e Presidente da FAMEPAR, sugerindo-lhes seja mandado editar, livreto de fácil consulta, contendo o texto da Emenda Constitucional n.º 6, já incorporado à Constituição do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários dos Recursos Humanos e da Educação e Cultura, encarecendo a atenção daquelas Pastas para

os problemas decorrentes da fixação de períodos exatos e pré-determinados de três a 6 meses, respectivamente, por parte do Chefe do Grupo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria da Educação e Cultura, para gozo de licença especial. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Deus e a Chuva", de autoria do Pastor Ayrton Achilles Justus, da Igreja Missionária Central, de Maringá. — **Aprovado.** — (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à ELETROSUL e à COPEL, no sentido de que sejam pagas as devidas indenizações aos proprietários do Município de Laranjeiras do Sul, em especial aos moradores do Distrito de Rio Bonito e aos chacreiros da cidade, tendo em vista a passagem de rodovia e rede elétrica. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Associação Brasileira de Enfermagem, Seção do Paraná pelo transcurso da III Semana de Enfermagem, e do IV Salão de Criatividade da Escola de Enfermagem Catarina Labouré. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 04/71, ora na Comissão de Constituição e Justiça. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Fazenda, encarecendo sejam adotadas medidas em favor de melhor preço para o soja. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários dos Transportes e Diretor do D.E.R. encarecendo o empenho dos mesmos a fim de que o traçado da rodovia Toledo-Cafelândia d'Oeste alcance o Distrito de Palmitópolis, no Município de Nova Aurora. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja criado e construído no núcleo habitacional de Vila Santa Efigênia, nesta Capital, um Ginásio Estadual com edificações próprias. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, sugerindo-lhe seja dotado o Distrito de Santa Lúcia, no Município de Leônidas Marques, de água artesiana. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da "Carta ao Leitor", publicada na Revista Veja. — **Aprovado.** — (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encarecendo estudos visando a ampliação do perímetro de entrega a domicílio de correspondência na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Presidência do Banco do Estado do Paraná S/A., encarecendo urgenciar o pedido formulado por aquele órgão ao Banco Central, reivindicando a instalação de agência do estabelecimento de crédito no Município de Mandaguá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação de um Posto de Identificação no Município de Capanema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Justiça, no sentido de que aquela autoridade federal inicie estudos visando modificar o prazo do mandato para seis anos para as eleições municipais a realizar-se em 1.980. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o encaminhamento de manifestações de reconhecimento aos Srs. Presidentes da Comissão de Finanças da Produção, Superintendente da SUNAB, Presidente da PORTOBRAZ e outras autoridades federais, pelo atendimento dispensado ao apelo deste Poder, provocado pelo signatário, no sentido de que a importação de milho fosse procedida pelo Porto de Paranaguá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Banco Central, no sentido de que seja criada uma linha de crédito aos bancos oficiais ou particulares para que possam prorrogar o vencimento das Notas Promissórias Rurais pelo prazo das concordatas dos frigoríficos COMABRA e FRIMESA, do Grupo Oleolar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Instituto Geográfico de Estudos, Pesquisas e Planejamento e ao Centro de Estudos Geográficos, pela instituição da Semana do Geógrafo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro das Minas e Energia e Diretor Geral da Itaipu Binacional, encarecendo providências no sentido de se efetuarem os pagamentos de indenizações a proprietários de áreas desapropriadas para efeito de construção da Hidrelétrica de Itaipu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor da 6.^a Região do Banco do Brasil, consubstanciado em apelo, no sentido de que determine à gerência da agência do Banco do Brasil de Antonina, que desburocratize completamente o setor de operações de crédito daquela filial. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Superintendente do IPE, encarecendo medidas no sentido de viabilizar as instalações de um Posto daquele Instituto na sede do Município de Capanema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Coordenadoria Regional da EBCT, encarecendo ampliação do perímetro de entrega a domicílio de correspondência na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Valter Pietrângelo, Del Ciel, Adalberto Daros e Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando a remessa de telex ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, consubstanciado em apelo, no sentido de que Sua Excelência proceda o ato maior de sua gestão frente ao MEC, e que todos os paranaenses anseiam; federalizar as Universidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, e determinar a formação dos processos necessários para a criação das Universidades do Oeste e do Litoral do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pi-

telli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo a concessão de abono especial destinado a cada proprietário que enfrentando novamente todos os riscos da agricultura tritícola, replantaram novamente os seus trigos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Corregedor Geral da Justiça Eleitoral, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de alertá-los quanto à falta, nas quatro zonas eleitorais da Comarca de Curitiba, de pessoal para o atendimento do público que demanda ao TRE. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja determinada à Secretaria dos Transportes, providências visando a concretização do asfaltamento, da estrada que liga as cidades de Diamante do Norte, Itaúna do Sul e Nova Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos pela excelente gestão que fez frente à Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Paranaíba, ao Senhor Itamar Pereira de Souza e regozijo pela sua reeleição ao mesmo cargo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, em forma de apelo, para que seja elevado o número de impulsos gratuitos para fins comerciais, na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, para que, mesmo em caráter precário, determine que haja uma tolerância de vinte por cento a mais, na tonelada permitida nas estradas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de apelo para que seja atendida a pretensão da Associação das Indústrias Moageiras de Milho do Estado do Paraná, reivindicando reestudo para o cancelamento total de isenções para o milho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de congratulações desta Casa ao jornal "Correio de Notícias" de nossa Capital, pelo transcurso de seu 1.^o aniversário de fundação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pittelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio, liderada pela ilustre família Artur Hoffig. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Superintendente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que se digne determinar o aceleramento da construção do prédio destinado à agência do referido Banco, na cidade de Corbélia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um aparelho de telefone público, nas localidades de Jardim Mercês, Jardim Pinheiro e Vila São José, desta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando melhoramentos e tratamento de ruas nas localidades de Jardim Mercês, Jardim Pinheiros e Vila São José, desta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Instituto de Identificação do Paraná, encarecendo agilidade no processamento de carteiras de identidade para o interior do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, em forma de apelo, no sentido de que seja instalado um aparelho telefônico, tido moedeiro, nas imediações do Centro Comercial Boa Vista e outro no Jardim Paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, em forma de moção de apoio a iniciativa do ilustre Vereador de Maringá, encaminhando sugestão às autoridades federais ligadas aos setores da Agricultura e do Planejamento, visando adotar medidas que venham favorecer uma melhor estrutura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja revista a situação de diversos professores da Unidade Polo de Jandaia do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Administração, no sentido de que determinem seja executado o projeto do calçadão em Guaratuba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inserção nos Anais da Casa, do inteiro teor do artigo "O Dia Mundial do Meio Ambiente" publicado no jornal "O Estado do Paraná". — **Aprovado. (O artigo acha-se publicado no final desta Ata.)**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo medidas necessárias visando o recapeamento da via de acesso que liga a Rodovia Curitiba-Rio Negro à sede do Município de Quitandinha. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, consubstanciado em apelo, no sentido de que o mesmo evite adoção de medida relativa à transferência de verbas destinadas à Região Sul do País, para outras áreas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a importância da pavimentação do acesso à sede do Instituto Adventista Paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, pedido de informações referente às empresas que participaram da licitação para edição das listas telefônicas e de endereços. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubs-

tanciado em pedido de informações sobre se já determinou à Pasta competente, estudos visando a redação de projeto de lei estabelecendo a contagem de tempo para efeito de aposentadoria aos funcionários públicos admitidos antes da Constituição de 1.967. — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (**Pela ordem**) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**) — Deferida a Questão de ordem.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

9 Srs. Deputados o aprovam;

5 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para amanhã, dia 8, quinta-feira, às 15:00 horas, Sessão Solene, destinada à entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná, à Sua Excelência Reverendíssima, Dom Romeu Alberti.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 9, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 59/77, 135/77 e 08/78; e dos Projetos de Resolução n.ºs 05/78, 06/78, 16/78, 17/78, 18/78 e 23/78.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO VALTER PIETRÂNGELO, EM SESSÃO DO DIA 7 DE JUNHO DE 1.978.

"DEUS E A CHUVA"

Deus tem dois livros: a Natureza e a Bíblia. Por meio de ambos tem procurado comunicar-Se com o homem, de geração em geração.

Quando os Hebreus entraram na Palestina, prometeu-lhes, se obedecessem Sua Palavra escrita, que tudo iria bem com a natureza. Deus, a natureza e o homem ocupante da terra, todos em perfeita harmonia. A chuva viria no tempo certo. Caso, porém, não obedecessem a Palavra escrita, haveria desarmonia entre o homem e seu Criador e Este usaria a natureza para disciplinar aquele, fazendo cessar as chuvas.

Assim determinou Deus: "Se andardes nos meus estatutos, guardardes os meus mandamentos, e os cumprirdes, então vos darei as vossas chuvas a seu tempo e a terra dará a sua messe, a árvore do campo, o seu fruto". Levíticos 26:3-4. "Será, porém, que, se não derdes ouvidos à voz do Senhor, não cuidando em cumprir todos os seus estatutos, que hoje te ordeno, então virão todas estas maldições sobre ti, e te alcançarão: os teus céus sobre a tua cabeça serão de ferro. Por chuva da tua terra o Senhor te dará pó e cinza. "Deuterônimo 28:23 e 24.

E aconteceu o prometido. O povo Hebreu transgrediu a Palavra em flagrante desrespeito à vontade de Deus e as chuvas cessaram na Palestina e a terra tornou-se deserta.

Agora, porém, inexplicavelmente começa a chover naquela terra em cumprimento à promessa de redenção de Israel.

DEFINIÇÃO

Chuva é água que cai, em gotas, da atmosfera por efeito da condensação de vapores. É o que dizem os dicionários.

Porém, a Bíblia tem outra linguagem para definir a chuva.

Ela diz que a chuva é testemunha de Deus. Testemunha da existência, do amor, do poder e do juízo de Deus.

O apóstolo Paulo, discursando em listra, disse que "Deus não se deixou ficar sem testemunho de Si mesmo, fazendo o bem, dando-vos do céu chuvas e estações frutíferas, enchendo os vossos corações de fartura e de alegria". Atos 14:17.

Chuva, diz a Bíblia, é benção que vem de Deus.

Lemos em Hebreus 6, verso 7, que a "terra que absorve a chuva que freqüentemente cai sobre ela ... recebe benção da parte de Deus".

DEUS CRIOU A CHUVA

A Bíblia diz: que Deus criou a chuva. Os homens anti-diluvianos não a conheciam. Então aparece Deus a Noé e anuncia as primeiras chuvas como medida disciplinar. Disse Deus: "Daqui a sete dias, farei chover sobre a terra durante quarenta dias e quarenta noites; e da superfície da terra exterminarei todos os seres que fiz". Gênesis 7:4. E a chuva veio como medida de disciplina castigando toda a raça humana, restando somente Noé e sua família. Tanto foi medida de disciplina que os habitantes da terra, descendentes de Noé, passaram a sentir tanto pavor da chuva, que o Criador colocou o arco-íris nas nuvens como símbolo de Sua aliança com os descendentes de Noé e como garantia de que o mundo não seria mais destruído pela chuva.

O profeta Zacarias diz que o "Senhor faz as nuvens de chuva, dá aos homens aguaceiro, e a cada um erva no campo. Zacarias 10:1.

TAMBÉM É DEUS QUEM FAZ CHOVER

Em Mateus 5:45 Nosso Senhor Jesus Cristo disse que o "Pai celeste faz vir a chuva sobre os justos e injustos".

Veja estes textos bíblicos: Salmos 65: 9-10, 147:7-9, Levíticos 26:4, Deuteronômios 11:14, Joel 2:23, I Reis 18:1 e Ezequiel 34:26.

"Tu visitas a terra e a regas; tu a enriqueces copiosamente; os ribeiros de Deus são abundantes de água; preparas o cercal, porque para isso a dispões, regando-lhe os sulcos, aplanando-lhe as leivas, tu a amoleces com chuviscos, e lhe abençoaas a produção".

"Deus cobre de nuvens o céu, prepara a chuva para a terra, faz brotar nos montes a erva ..."

"Então eu vos darei as vossas chuvas a seu tempo; e a terra terá a sua messe, e a árvore do campo o seu fruto".

"Darei a chuva da vossa terra a seu tempo, as primeiras e as últimas, para que recolhai o vosso grão, e o vosso vinho e o vosso azeite".

"Alegrai-vos no Senhor vosso Deus, porque ele vos dará em justa medida a chuva; fará descer, como outrora, a chuva temporã e a serôdia".

"Muito tempo depois, veio a Palavra do Senhor a Elias no terceiro ano, dizendo: Vai, apresenta-te a Acabe, porque darei chuva sobre a terra".

"Farei descer chuva a seu tempo, chuva de bênção será".

Quase todos esses textos falam da chuva a seu tempo. Deus sempre preocupou-se em mandar a chuva a seu tempo, cumprindo fielmente Sua promessa de abençoar Seu povo, quando este andava em obediência à Sua Palavra. Mandava a chuva no tempo certo, na sementeira e na colheita, chuva temporã e serôdia para que nada faltasse a Seu povo. Caindo os habitantes da terra em pecado, as chuvas cessariam.

MAS TAMBÉM ERA DEUS QUEM RETINHA AS CHUVAS

Como medida de disciplina o Senhor havia mandado chuva no tempo de Noé. E como medida de disciplina o Senhor retinha a chuva no tempo dos israelitas e, cremos, ainda o faz hoje. Veja estes textos bíblicos:

"Guardai-vos! Não suceda que o vosso coração se engane,

e vos desvieis a outros deuses e vos prosteis perante eles; que a ira do Senhor se acenda contra vós outros, e feche os céus e não haja chuva, e a terra não dê a sua messe". Deuteronômio 11:17.

"Se não deres ouvidos à voz do Senhor teu Deus, por chuva da tua terra o Senhor te dará pó e cinza". Deuteronômio 28:15 e 24.

"Quando os céus se cerrarem, e não houver chuva, por ter o povo pecado contra Ti ... " I Reis 8:35 (São palavras do sábio Salomão).

"Se eu cerrar os céus de modo que não haja chuva..." II Crônicas 7:13.

"Também vos deixei de dentes limpos em todas as vossas cidades, e com falta de pão em todos os vossos lugares; contudo, não vos convertestes a mim, disse o Senhor. Além disso, retive de vós a chuva, três meses ainda antes da ceifa; e fiz chover sobre uma cidade, e sobre outra não; um campo tem chuva, mas o outro, que ficou sem chuva, se secou". Amós 4: 6-7.

"Se alguma das famílias da terra não subir para adorar o Rei, o Senhor dos Exércitos, não virá sobre ela a chuva. Este será o castigo..." Zacarias 14:17-19.

"Não dizem consigo mesmos: Tomamos agora ao Senhor nosso Deus, que nos dá a seu tempo a chuva, a primeira e a última, que nos conserva as semanas determinadas da seca. As vossas iniquidades desviam estas coisas, e os vossos pecados afastam de vós o bem. Porque entre o meu povo se acham perversos; cada um anda espiando, como espreitam os passarinhos; como eles dispõem armadilhas e prendem os homens. Como a gaiola cheia de pássaros, são as suas casas cheia de fraude; por isso se tornaram poderosos, e enriqueceram. Engordam, tornam-se nédios e ultrapassam até os feitos dos malignos; não defendem a causa, a causa dos órfãos, para que prosperem; nem julgam o direito dos necessitados. Não castigaria eu estas cousas? diz o Senhor; não me vingaria eu de nação como esta? Jeremias 5:24-29.

Inumeremos alguns dos pecados condenados nesta lista citada, que foram a causa de Deus reter as chuvas em tempos passados.

Em Deuteronômio 11:17 Deus condena o pecado da idolatria. Não estaria Deus retendo a chuva no Paraná pelo mesmo motivo? Milhares estão adorando o dinheiro, o café, o gado, a soja etc..

Em Deuteronômio 28:15 o Senhor condena a indiferença e surdez espirituais. Salomão, o homem mais sábio de todos os tempos, em I Reis 8:35, fala na possibilidade de Deus cerrar os céus por qualquer tipo de pecado. Amós, o profeta boia-deiro fala que a falta de conversão impede a chuva. Zacarias 14:17-19 declara que, quando o povo deixa de adorar (prestar culto, de adoração) ao Senhor, cessa a chuva e em Jeremias 5:24-29 lemos sobre vários tipos de pecados que desviam a chuva de nossa terra, como o comércio desonesto, fraudulento, o enriquecimento fácil, a falta de atendimento aos órfãos e viúvas, a opressão, a tirania, etc. Estará acontecendo isso em nosso meio?

Esses e muitos outros pecados afastam a chuva. Deus faz isso como medida de disciplina, tentando, pela natureza, chamar a atenção de seu povo para que cesse de ofendê-Lo com seus pecados.

QUANDO VIRÁ A CHUVA?

Essa pergunta está nos lábios de toda pessoa em tempos de seca. Quando virá a chuva? Mas, enquanto o povo pergunta quando virá a chuva, Deus pergunta quando Seu povo vai mudar de vida, vai se converter, vai abandonar seus pecados. "Será que Seu povo não tem olhos para ver? Não entende?" Porque não aplicar os textos bíblicos para os nossos dias?

Acreditamos que a chuva vem normalmente. As leis de Deus, que governam a natureza, funcionam. O milagre não

acontece quando ela vem. Deus criou leis que funcionam para que a chuva venha. O milagre acontece quando a chuva não vem. Milagre é a intervenção Divina alterando as leis da natureza. Então, se as leis foram criadas por Deus para que a chuva venha normalmente, o milagre acontece, como dissemos, exatamente quando ela não vem. É aí que o Criador entra em ação para alterar suas leis da natureza, para que não chova em determinados lugares, como medida de disciplina.

Portanto, quando Deus retém a chuva, como está acontecendo no presente momento, em nosso Estado, a Bíblia recomenda algumas atitudes que devem ser tomadas pelo povo de Deus. Vamos enumerá-las:

1) Obediência a Deus. Deuteronômio 28: 1,2 e 12, Levíticos 26:3-4. "Se atentamente ouvires a voz do Senhor teu Deus, tendo cuidado de guardar todos os seus mandamentos que hoje te ordeno ... virão sobre ti e te alcançarão todas estas bênçãos: o Senhor te abrirá o seu bom tesouro, o céu, para dar chuva à terra no seu tempo". É preciso ler e conhecer a Bíblia para ouvir a voz de Deus, já que não a estamos ouvindo na falta de chuva.

2) Conversão a Deus. II Crônicas 7:14. "Se eu cerrar os céus de modo que não haja chuva ... se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, orar e me buscar, e se converter dos seus caminhos, então eu ouvirei dos céus, perdoarei os seus pecados e sararei a sua terra".

3) Orar ao Senhor. Tiago 5:17-19. "Elias era homem semelhante a nós, sujeito aos mesmos sentimentos, orou com instância para que não chovesse sobre a terra, e por três anos e seis meses não choveu (milagre de Deus, intervindo nas leis da natureza que governam a chuva, como dissemos acima). E orou de novo e o céu deu chuva, e a terra fez germinar seus frutos. II Crônicas 7:14 fala também na oração como meio de conseguir a bênção da chuva, desde que associada à conversão.

4) Por em prática a receita do profeta Joel.

O livro de Joel foi escrito, entre outros motivos, para denunciar o juízo de Deus sobre Israel por causa do pecado. Deus agiu através da natureza, na ocasião, intervindo em suas leis para disciplinar o povo. No primeiro capítulo o profeta fala de uma seca sem precedentes na história. Leia os versos 16 a 18. No segundo ele descreve a invasão de gafanhotos que acabariam de destruir tudo o que a seca havia deixado. Sempre é assim. Após a seca vêm outros flagelos como o fogo, a peste, a fome, etc. É o Senhor apertando seu povo, para que se converta e viva.

Neste mesmo livro, para conter a calamidade reinante na ocasião, Deus determinou fossem tomadas algumas medidas:

a) Reunam-se os ministros do Senhor (sacerdotes e pastores) em oração com lágrimas. Capítulo 2:17.

b) Congreguem-se o povo todo (em seus templos) para santificação, todos: velhos, crianças, jovens, casados. Todos deveriam ser convocados para buscarem ao Senhor.

c) Convertam-se com jejuns, com pranto, com o coração quebrantado. Capítulo 2:12 e 13. Lembremo-nos de que Nínive foi salva de uma calamidade porque converteu-se ao Senhor.

Tomadas essas medidas, Deus garantiu que mandaria a chuva. Disse o Senhor: "Alegrai-vos, pois, filhos de Sião, regozijai-vos no Senhor vosso Deus, porque ele vos dará em justa medida a chuva". Joel 2:23.

A FALTA DE CHUVA OU A CHUVA COM VENTO FORTE TÊM SIDO USADAS POR DEUS COMO MEDIDA DE DISCIPLINA.

Veja os exemplos:

1) No Egito, no tempo de José. Os sete anos de fartura (chuva em abundância) e os sete anos de fome (falta de chuva). Foi a mão de Deus agindo na natureza para levar seu povo

ao Egito e protegê-lo ali até que se tornasse forte.

Outro exemplo de medida disciplinar, de juízo, através de chuva forte, de vento, de granizo com tempestade e morte, no Egito, foi quando Deus quis tirar seu povo dali e o Faraó resistiu. Êxodo 9:34.

2) Citamos, já o dilúvio, a chuva que durou quarenta dias e quarenta noites, usada por Deus como medida de disciplina. Gênesis 7.

3) No primeiro capítulo do livro de Jonas lemos sobre uma tempestade que Deus mandou para disciplinar um pregador, missionário que tentava escapar ao chamamento de levar as novas do amor Divino a uma nação pecaminosa. Portanto, a chuva em demasia ou a falta dela pode ser medida de disciplina aplicada a um único indivíduo, como Jonas (no caso de tratar-se de uma pessoa importante no plano de Deus), a uma região (como lemos em Amós 4:6-7), a uma nação inteira (como aconteceu no tempo do rei Acabe e da perversa rainha Jezabel) ou ao mundo todo (conforme aconteceu no tempo do dilúvio e no tempo de José do Egito).

Há muitos outros exemplos bíblicos de Deus intervir na natureza, retendo a chuva ou mandando chuva, em demasia, como medida de disciplina.

Portanto, não duvidamos, se não ouvirmos a voz de Deus através da falta de chuva, agora, Ele, após essa estiagem, como medida de disciplina, faça vir ventania, tempestade, granizo.

Maringá, 09 de maio de 1.978.

Ayrton Achilles Justus

Pastor da Igreja Missionária

Rua Santos Dumont, 2.001

Fones: 22-8155 e 22-2449

Maringá- Pr."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO GABRIEL SAMPAIO, EM SESSÃO DO DIA 7 DE JUNHO DE 1.978.

"CARTA AO LEITOR"

A Itália e o mundo assistiram, na semana passada, ao desfecho de um dos mais longos e cruéis episódios de opressão jamais conduzidos por um pequeno grupo de criminosos políticos contra o conjunto da sociedade. É chocante e contristador. É, também, um desses momentos em que emerge de forma irresistível todo um feixe de sentimentos de revolta — contra a perversidade do grupo que seqüestrou e assassinou Aldo Moro, contra sua arrogância em festejar o próprio crime, contra sua retórica delirante e totalitária, contra a extraordinária injustiça, em termos puramente humanos, que é dispor assim da vida de uma pessoa.

Para além do choque e da repugnância, entretanto, fica uma profunda necessidade de tentar tomar consciência desse momento e de seus muitos significados, mesmo ao risco de entrar em terreno potencialmente minado. A esta altura já não importa demorar-se em reunir argumentos contra o projeto ideológico do bando terrorista: trata-se de pura demência de extrema esquerda, de gente que imagina querer implantar um "Estado proletário" (como sempre, sem a anuência dos proletários), e cujo ideário pertence muito mais ao campo da patologia que ao do pensamento — assim como suas ações deixaram o terreno da política para entrar no da marginalidade. Bem mais que isso, importa definir alguns pontos básicos que cercam sua existência.

Em primeiro lugar, é importante localizar a profunda responsabilidade que têm, na origem disso tudo, as formas radicais de pensamento. Ser politicamente radical, é óbvio, não significa ser terrorista ou assassino — e diante de injustiças sociais escandalosas o radicalismo pode, até mesmo, ganhar

certas cores atraentes. Mas ele cria um caldo fundamentalmente ruim, onde bóiam diversos tipos de germes. Um desses é o que transmite a febre da revolução pelas próprias mãos — moléstia que em seus estágios avançados acaba se tornando matriz a maior parte dos impulsos terroristas. É essencial, igualmente, apontar a excessiva complacência do pensamento democrático para com essas forças que fazem a travessia da política para o banditismo. Diante de grupos terroristas de esquerda tem sido por demais freqüente, nos últimos tempos, uma apenas ligeira, até relutante condenação — apressadamente seguida por toda uma bateria de raciocínios destinados a explicar os atos criminosos e que, em última análise, acabam transferindo para outros as responsabilidades. Não: responsáveis pelos crimes políticos são aqueles que os cometem, e já é tempo de deixar isso perfeitamente nítido.

As pessoas de bem, os que querem a democracia sem salvaguardas autoritárias, os que pensam numa sociedade sem injustiças selvagens, precisam tomar a decisão de indignar-se, sem reservas, contra o extremismo de esquerda — tanto quanto se acostumaram a indignar-se contra o extremismo de direita. É vital, hoje, falar disso às claras — chega de permitir que a condenação da desordem continue sendo monopólio das forças mais reacionárias da sociedade. Ao contrário, a bandeira da ordem pública e da defesa do Estado tem de ser recuperada, sem dubiedades e reticências, por todos os que reivindicam a passagem para estruturas democráticas e justas. Estará fazendo o jogo da treva, muito provavelmente, quem julgar dispensável essa firmeza.”

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR
DEPUTADO PAULO CAMARGO
EM SESSÃO DO DIA 7 DE JUNHO DE 1.978.**

“O DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE”

Apesar das campanhas que se desenvolvem no sentido de preservar a flora e a fauna, a destruição da Natureza tem sido constante, como se a humanidade estivesse em sua última geração. Mesmo sofrendo as conseqüências de suas atitudes imediatistas, o homem parece que dificilmente se conscientizará do real valor do meio em que vive.

A estiagem que se verifica ultimamente no Sul do País é um dos exemplos de que a interferência humana impensada pode acarretar. Certamente existem outras causas que contribuem para o fenômeno — como as explosões solares — porém, o desmatamento é, sem dúvida, um dos fatores principais.

O Paraná, que apresenta um índice superior a oitenta por cento de cobertura florestal, em poucas décadas atingiu menos de dez por cento de área florestada. Percorrendo o território paranaense, depara-se com a triste realidade de encontrar apenas pequenas manchas verdes, que atestam o que foi a grandeza das matas que a Natureza levou séculos para formar. A floresta é até hoje considerada simplesmente como uma fonte transformável em lucro, e não como propiciadora de um equilíbrio dinâmico, que dificilmente poderá ser restaurado caso não forem tomadas medidas drásticas e urgentes para deter

essa marcha destruidora.

O governo vem se preocupando muito em construir estradas, usinas e toda uma infra-estrutura indispensável nos dias atuais, visando melhor padrão de vida para a população. Às vezes esquece, entretanto, que a preservação da Natureza também é essencial, sem o que não pode haver nenhum progresso.

Pode ser que depois dessa estiagem que abalou a economia e as condições sociais da região, as autoridades percebam que, antes de tudo, é a Natureza que deve ser preservada. Quando existiam florestas em abundância, o regime pluviométrico era regular e, mesmo que as precipitações demorassem a ocorrer, os rios não atingiam níveis tão críticos. Isso porque a vegetação tende, de um lado, a diminuir as enxurradas e, de outro, a aumentar a percolação das águas da chuva, reabastecendo desta maneira o lençol freático e as fontes que fornecem água aos rios em época de seca.

Há os que consideram a estiagem como um castigo, porém a verdade está no conceito do naturalista G. Ingersoll: “Em a Natureza não há castigos e nem recompensas; há conseqüências”.

E é em face de um futuro nada promissor que os conservacionistas vêm alertando sobre as graves conseqüências que advirão dessa imprevidência. No 1.º Simpósio sobre Ecologia, realizado recentemente em Cascavel (PR), o cientista Augusto Ruschi fez sérias advertências, preconizando que a construção de Itaipu vai prejudicar o equilíbrio ecológico da região. Além disso, alertou sobre a destruição que está ocorrendo dentro do próprio Parque Nacional do Iguaçu.

Ruschi enfatizou a necessidade de se preservar vinte a vinte e cinco por cento de áreas com matas, o que protege a lavoura contra as pragas e regula a precipitação pluviométrica. Recomendou a proteção dos mananciais como o plantio de árvores, dizendo que a vegetação ribeirinha quando formada com espécies nativas, evita problemas ecológicos — de adaptação e de pragas — e reconduz rapidamente a fauna à região. Também recomendou o plantio de pinheiro Araucária, evitando sempre a formação de florestas homogêneas.

Em setembro próximo, Curitiba também vai sediar um importante encontro. Trata-se do 1.º Simpósio Nacional de Ecologia, cujo resultado trará igualmente mais ensinamentos e advertências. É preciso, porém, que sejam aplicados os novos conhecimentos adquiridos, pois à medida que por eles forem colocadas em prática, certamente serão reduzidos os desastres ecológicos.

Deve-se levar a conscientização dos problemas ambientais ao homem do campo, pois é ele quem lida diretamente com a flora e a fauna e, muitas vezes, destrói por ignorância. Outro ponto importante é despertar nos jovens o amor e o respeito pela Natureza, o que já começou a ser feito com a introdução do ensino da Ecologia nos currículos escolares. Este estudo, por enquanto apenas teórico, precisa ser ampliado, a fim de que os homens de amanhã aprendam desde cedo a manusear corretamente a flora e a fauna, bem como o solo, além de saberem como evitar a poluição. Para tanto é necessário aumentar o número de parques, hortos e reservas florestais, onde os estudantes possam entrar em contato com o maravilhoso mundo natural.”